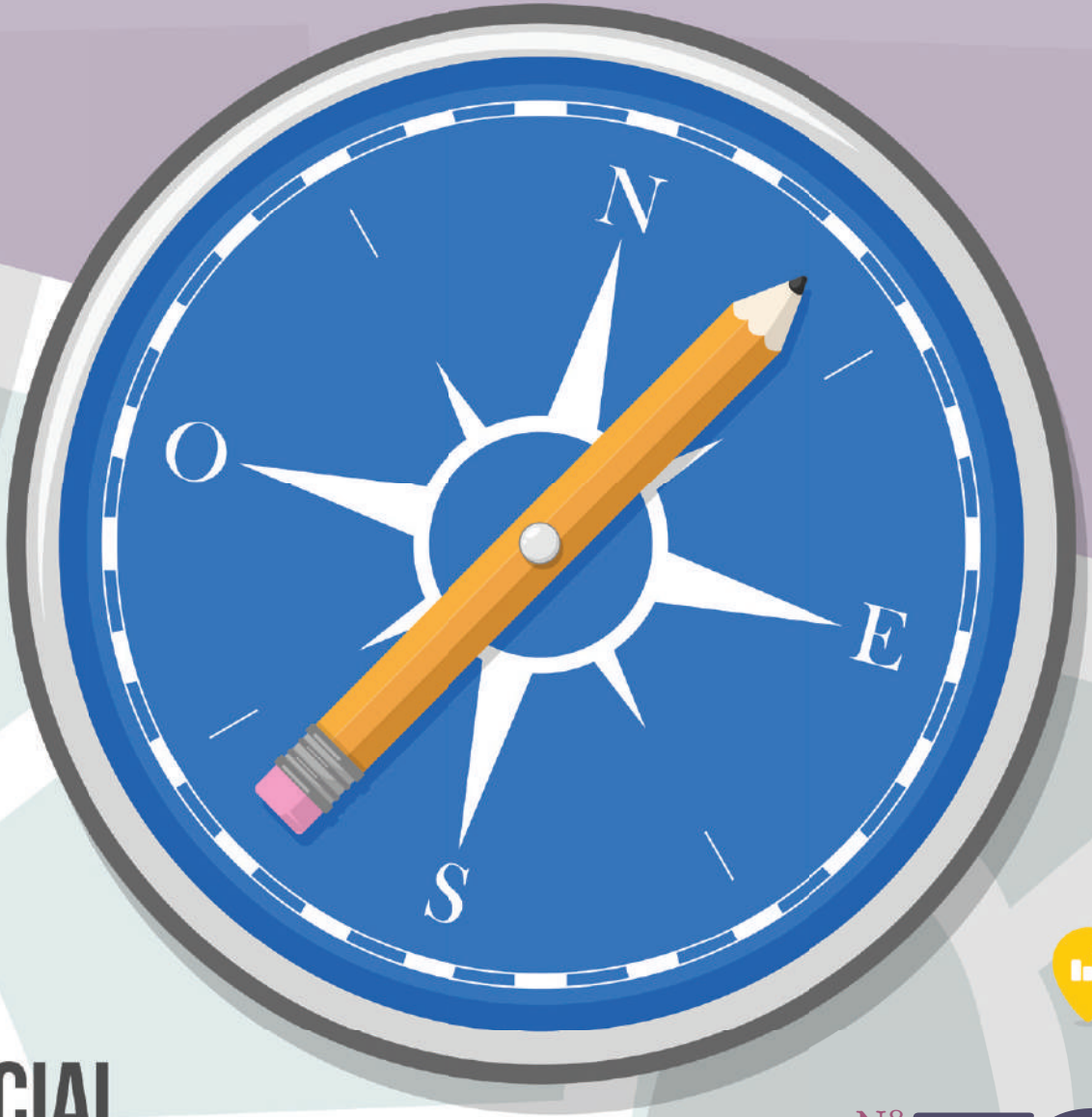
Educando em Mogi

A revista Educando em Mogi é um projeto da Prefeitura de Mogi das Cruzes por meio da Secretaria de Educação



ESPECIAL AVALIAÇÃO

TRAÇAR ROTAS PERCORRER CAMINHOS

Nº 72
Outubro/2016 - Ano XV
ISSN 1981314-7

Editorial

Metas definidas e ações planejadas, acompanhamento e formação aliados ao trabalho didático-pedagógico desenvolvido com as crianças resultaram na superação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB pela Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes. Alcançamos a nota 6,3 - meta prevista para 2019 e superior à média das capitais brasileiras.

Tal avanço foi alcançado num esforço conjunto entre equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e equipes escolares que, com empenho e dedicação, concretizaram seu maior objetivo: promover a qualidade, equidade e eficiência no processo de ensino-aprendizagem.

Nesta perspectiva, destacamos nesta edição da Educando em Mogi a importância da avaliação e da transformação dos processos avaliativos, como ferramentas para rever as práticas e o planejamento de políticas públicas. Trazemos artigos assinados por especialistas e relatos do trabalho realizado na Rede Municipal de Ensino, em que instrumentos, como a Avaliação Municipal das Aprendizagens - APRENDI e a Sondagem, são utilizados para traçar rotas e percorrer caminhos, rumo à evolução contínua do processo de aprendizagem de nossas crianças.

Boa leitura!

Expediente

Conselho Editorial
Eulália Anjos Siqueira
Maria Estela Ribeiro Fernandes
Marilda Aparecida Tavares Romeiro Safiti

Jornalista Responsável
Kelli Correa Brito - MTB 40.010

Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustrações
Eduardo Leite

Fotos
Arquivo das Escolas Municipais

Nossa Capa
Alexandre Roberto Rodrigues

Colaboraram nesta Edição
Camila Nogueira Castrezana
Francine de Paulo Martins
Maria Cristina Perpétuo dos S. Soares
Marisa Garcia
Mitch Almeida
Nayara Xavier
Vera Lucia Maradei de Almeida e Souza
Zilma de Moraes Ramos de Oliveira

CTP, Impressão e Acabamento
Gráfica Altec
Av. Conceição, 2275
Vila Paiva - São Paulo/SP
Tel.: (11) 2631.8517 / 2631.8518
www.graficaaltec.com.br

Secretaria de Educação
Coordenadoria de Comunicação Social
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 277
Centro Cívico - Mogi das Cruzes - SP
CEP: 08790-900
Tel.: (11) 4798.5011 / 4798.5012
educandoemmogi@se-pmmc.com.br
www.mogidascruzes.sp.gov.br

Tiragem
4.000 exemplares

A Revista Educando em Mogi nº 72 é uma publicação da Secretaria de Educação de Mogi das Cruzes, por meio da Coordenadoria de Comunicação Social, e não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

ERRATA: Em nossa edição nº 71, nas páginas 24 e 25, no artigo "Água... que falta faz!", o nome correto de uma das autoras é Rita de Cássia Silva Souza. A forma como está grafado no texto está incorreta.

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Índice

4 A avaliação em questão
Elementos para a promoção dos processos de ensino e de aprendizagem

10 Sondagem
Instrumento de avaliação e planejamento

16 Sondagem
Avaliação diagnóstica e processual

22 Avaliação Municipal das Aprendizagens - APRENDI
Uma ferramenta a serviço do desenvolvimento do alunado

30 IDEB 2015
Aprendizagem adequada e no tempo correto!

34 Equipe Astréa
Avaliando para aprimorar o trabalho pedagógico

38 A Educação Infantil e o tema da avaliação

A avaliação em questão: elementos para a promoção dos processos de ensino e de aprendizagem

Francine de Paulo Martins

Definir e formular propostas e experiências de aprendizagens e de avaliação representam, certamente, alguns dos principais desafios com os quais se deparam os professores.

Questionamentos acerca do que avaliar, como avaliar, quais os melhores instrumentos e métodos para avaliar a aprendizagem dos alunos são comuns no ambiente escolar. Muitas são as possibilidades de responder a essas questões, o que sugere, essencialmente, uma visão bastante ampla a respeito do ato de educar e sobre o conceito de avaliação.

A avaliação educacional e a avaliação da aprendizagem, em especial, são meios e não fins em si mesmas, devendo ser compreendidas e observadas a partir da teoria e da prática que as baseiam. A avaliação não se dá no vazio conceitual, mas sim a partir de referentes teóricos de educação e de mundo que se refletem na prática pedagógica. Assim, a avaliação está longe de ser neutra e esvaziada de sentido.

Tradicionalmente, a avaliação esteve e ainda está ligada a um modelo teórico ancorado na visão de educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade, sendo o autoritarismo uma das formas de manifestação desse modelo social. A avaliação, nesse sentido, assume igualmente uma forma autoritária (LUCKESI, 1980).

A fim de romper com esse modelo conservador de sociedade e de educação presente nos processos avaliativos, é necessário colocar a avaliação a serviço de uma "pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social" (LUCKESI, 2006, p.28), cuja prática pedagógica é comprometida com a promoção da aprendizagem do aluno e dos processos qualitativos de ensino.

De acordo com Luckesi (2006) a avaliação comprometida com a transformação social deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento de autonomia do professor e do educando, o que exige a participação democrática de todos. "Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações" (p.32), superando as relações arbitrárias existentes e que permeiam a avaliação.

A avaliação é inerente ao processo de ensino e de aprendizagem. Possui um caráter complexo e deve ser compreendida como um processo que exerce influências em toda a trajetória escolar do aluno, como também na prática pedagógica desempenhada pelo professor e nas ações relativas ao ensino. Exerce forte influência nas relações institucionais e no próprio sistema educacional

por meio de estabelecimento de indicadores e redirecionamento de rotas.

Nem sempre o papel da avaliação está claro e é efetivado no contexto escolar. Muitas vezes a avaliação é entendida como um processo em que professores e alunos sentem-se vigiados e colocados contra a parede pela direção, coordenação e pais; é reduzida ao cumprimento de uma burocracia institucional que nada tem a ver com a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades pelos alunos, gerando grande insegurança tanto nos professores como nos alunos.

Mas afinal, como fazer dessa avaliação um instrumento de promoção dos processos de ensino e de aprendizagem?

É necessário o redirecionamento do olhar para a avaliação e mudança de postura frente a ela! Deixar de lado os mitos que cercam a avaliação e distanciá-la das relações de hierarquização e autoritarismo ainda tão presentes como se ela fosse um monstro que ameaça a todos. É necessária uma atitude de acolhimento!

Emprestamos as ideias de Luckesi (2000) sobre a avaliação como forma de acolhimento para explicar a que nos referimos. "Avaliar implica, antes de mais nada, acolher o aluno no seu ser e no seu modo de ser, como está, para a partir daí, decidir o que fazer" (LUCKESI, 2000, p.01). O autor explica que "[...] a disposição do acolher está no sujeito do avaliador, e não no avaliado. O avaliador é o adulto da relação da avaliação, por isso deve possuir a disposição de acolher" (p.01), assumindo uma postura contrária ao da exclusão e autoritarismo, historicamente utilizada nos processos avaliativos.

O professor ocupa, ao nosso ver, um lugar de destaque no processo de ensino e de aprendizagem, no entanto esse não se sobrepõe ao espaço reservado ao aluno como protagonista no processo de aprendizagem. A relação existente entre professor e aluno é acolhedora e entendida como fator importante para que o processo de aprendizagem seja bem sucedido.

Nessa perspectiva, propomos o redirecionamento do olhar de uma avaliação *da* aprendizagem para a avaliação *para* aprendizagem. A avaliação *da* aprendizagem supõe a verificação das aprendizagens apenas ao final de um período por meio de testes e provas que nada ou pouco tem relação com o processo de aprendizagem pelo qual o aluno passou. Resume-se apenas à verificação dos conhecimentos, geralmente mensurados em notas. Já a avaliação *para* a aprendizagem supõe o acompanhamento de todo o processo.

É entendida como um processo cíclico com caráter sistemático que tem como finalidade coletar, analisar e ofertar informações de todo o processo de ensino e consequentemente de aprendizagem com vistas à melhora e qualidade tanto da ação docente quanto da ação discente e suas aprendizagens. As informações obtidas na avaliação para a aprendizagem oferecem condições ao professor de qualificar os processos de ensino considerando o redirecionamento do planejamento da ação didática, antes, durante e depois. (WUO; SILVA; MARTINS, 2011).

De acordo com Wuo, Silva e Martins (2011, p.3) as características da avaliação *da* e *para* a aprendizagem podem ser sintetizadas no quadro a seguir.

Avaliação *para* a aprendizagem	Avaliação *da* aprendizagem
Analisa o que foi aprendido para decidir o que será feito a seguir.	Verifica o que foi aprendido no período definido.
É planejada pelo professor para auxiliar o desenvolvimento dos alunos durante o processo de ensino e aprendizagem.	É planejada por outros que não estão necessariamente envolvidos nas atividades diárias do processo de ensino e aprendizagem.
É utilizada na conversão ou negociação da aprendizagem.	É apresentada de maneira formal.
Normalmente é detalhada, específica e com *feedback* descritivo utilizando palavras em lugar de números, pontuações, classificações ou notas.	Normalmente compara e classifica a aprendizagem entre os alunos com algum nível padronizado.
Normalmente tem foco no progresso dos alunos comparando a aprendizagem anterior com a atual.	Normalmente compara e classifica a aprendizagem entre os alunos com algum nível padronizado.
Necessita do envolvimento do aluno – a pessoa mais interessada na melhoria da aprendizagem.	Não necessita do envolvimento do aluno
É essencialmente de natureza qualitativa.	É essencialmente de natureza quantitativa.

A mudança do olhar e atitude frente à avaliação exige a clarificação pelo professor das formas com que essa avaliação pode se apresentar no contexto escolar, servindo a fins e propósitos específicos, a saber:

- **Avaliação Diagnóstica:** busca informações a respeito dos conhecimentos prévios do aluno acerca da temática a ser estudada. Revela-se importante por se configurar uma oportunidade de mobilizar o aluno para a aprendizagem, aproximando-o do novo conteúdo a ser estudado. Ao mesmo tempo, oferece informações importantes ao professor para que possa definir as ações didático-pedagógicas acerca do conteúdo, sua profundidade e as estratégias mais adequadas para ensiná-lo.

- **Avaliação Formativa:** ocorre ao longo de todo o processo de ensino e de aprendizagem oferecendo informações e *feedback* relevantes quanto às dificuldades, conquistas e ganhos dos alunos. Para além do certo e do errado, a avaliação formativa possui um caráter qualitativo, que permite o acompanhamento das aprendizagens e a possibilidade de intervenção. Os resultados dessa avaliação suscitam o diálogo e a reflexão por parte do aluno e professor acerca das potencialidades e dificuldades presentes no processo de aprendizagem; indicam a necessidade de revisão e avanços no conteúdo. Configura-se como um instrumento de revisão de planejamento ou rotas não só para a aprendizagem do aluno, mas também para a ação do professor, o qual avalia e analisa também os processos de ensino ofertados.

- **Avaliação Somativa:** tem a finalidade de classificar os ganhos de aprendizagem. Ocorre ao final do processo ou unidade de estudo e possibilita a verificação formal das aprendizagens em consonância com os objetivos de aprendizagem estabelecidos previamente. Geralmente configuram-se em formas de provas e registros sistemáticos cujos resultados das aprendizagens são representados, em sua maioria, por notas ou conceitos.

O processo avaliativo na escola centra-se, em sua maioria, na avaliação da aprendizagem, sendo representada pela avaliação única e exclusivamente somativa e classificatória. Trata-se de uma prática antiga, mas viva e latente no dia-a-dia das escolas, que precisa ser clarificada e repensada nos seus objetivos e fins.

Apesar de admitirmos que a aprendizagem possa ser representada por notas ou conceitos, reafirmamos que há situações que não são possíveis de serem medidas e nem representadas numericamente. "Podemos medir, na escola, a frequência dos alunos às aulas, por exemplo [...]. Ou podemos medir (contar) o número de acertos numa prova" (HOFFMANN, 2005, p. 41), mas não podemos medir as relações estabelecidas pelo aluno ao se defrontar com um desafio e as razões pelas quais tomou algumas decisões na busca pela solução do desafio. No entanto, tal relação é qualitativamente importante para que novos conhecimentos e aprendizagens sejam consolidados. Daí a contradição que cerca a avaliação na escola.

Numa perspectiva qualitativa entendemos que a avaliação possui um caráter e uma função mediadora, a qual busca a compreensão dos processos de aprendizagem do aluno considerando que

a avaliação é um rico instrumento não só para o aluno, mas também para o professor e para a tomada de decisões acerca da organização de novas estratégias para continuidade e promoção da aprendizagem do aluno, exigindo uma nova postura frente à avaliação.

De acordo com Hoffmann (2006, p.56) algumas são as ações que condizem com uma avaliação mediadora:

- oportunizar aos alunos momentos de expressão de suas ideias; oportunizar discussão entre os alunos a partir de situações desencadeadoras;

- realizar várias tarefas individuais, menores e sucessivas; investigando teoricamente, procurando entender as razões para as respostas apresentadas pelos estudantes;

- ao invés do certo e do errado e da articulação de pontos, fazer comentários sobre as tarefas dos alunos, auxiliando-os a localizar as dificuldades, oferecendo-lhes oportunidades de descobrirem melhores soluções;

- transformar os registros de avaliação em anotações significativas sobre o comportamento dos alunos em seu processo de construção do conhecimento.

A partir dos apontamentos de Hoffmann (2006), entendemos que a avaliação se desenvolve em benefício do aluno sob a supervisão e orientação do professor. A relação que se estabelece entre o aluno e o professor é amistosa, é de confiança e de partilha com vistas a resultados positivos acerca da aprendizagem.

É uma forma de aproximação entre quem educa e é educado e principalmente de reciprocidade e acolhimento no ato de educar, o que pressupõe conhecer o aluno, suas potencialidades, suas defasagens e aprendizagens tal qual se apresentam a fim de analisá-las tendo em vista dar-lhe, se necessário, suporte para mudanças e para avançar na produção e elaboração de novos conhecimentos e atitudes.

Buscar compreender o olhar do professor para seu aluno e para a sua capacidade de aprender, bem como para a função da escola faz-se relevante para o entendimento das ações desenvolvidas pelos professores no processo de ensino e de aprendizagem e consequentemente nos processos de avaliação, permitindo-nos compreender as contradições que envolvem a prática docente e discente (MARTINS, 2014).

O estabelecimento de qual caminho seguir e quais serão os parâmetros de avaliação estão intimamente ligados a uma leitura qualitativa

desse processo e podem minimizar as dúvidas e inseguranças dos professores frente à avaliação e melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem. Nesse sentido, a escola traduz-se como lócus privilegiado para a abertura e organização de um espaço de discussão entre professores e equipe gestora, a fim de dialogar a respeito da formulação e delimitação de diretrizes para avaliação considerando as especificidades do grupo de alunos com que atuam e a utilização de instrumentos variados de avaliação. Trata-se de uma tarefa complexa e desafiadora, porém extremamente necessária e possível de se tornar realidade na escola. Requer atitude de mudança, a qual se inicia no desejo de mudança, na ousadia em querer e fazer diferente, no diálogo entre os pares – professores, alunos, equipe gestora, na partilha, na reorganização de rota, na avaliação dos processos que permitirão definir novas e pertinentes formas de avaliação, de acompanhamento e aprimoramento dos processos de ensino e de aprendizagem. Na construção de um novo olhar e de atitudes que busquem a transformação dos processos avaliativos na escola e, consequentemente, a qualidade em educação.

Francine de Paulo Martins é doutora e mestre em Educação: Psicologia da Educação da PUC/SP; especialista em Capacitação Docente em Música Brasileira pela Universidade Anhembi Morumbi; pedagoga pela Universidade de Mogi das Cruzes; coordenadora dos Cursos de Pedagogia e Letras da Faculdade Unida de Suzano e professora do Curso de Pedagogia da Universidade de Mogi das Cruzes. Atua como pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa "Processos Psicossociais na formação do Professor" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOFFMANN, J. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 35ª ed. Editora Mediação: Porto Alegre, 2005.

_____. Avaliação mediadora. Uma prática em construção da pré-escola a universidade. 26 ed. Editora Mediação: Porto Alegre, 2003.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, F. P. O ensinar na ótica de professoras de uma rede municipal de ensino: desafios, práticas e o sentido da escola. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de estudos pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2014.

WUO, Moacir. SILVA, Elza. M. T.; MARTINS, Francine. P. Avaliação no processo de ensino. Artigo/Material didático – Formação de Professores da Universidade de Mogi das Cruzes, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças – por uma práxis transformadora. 7ª ed. São Paulo, Libertad, 2005.

"A educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática."

Paulo Freire

SONDAGEM

Instrumento de avaliação e planejamento

Marisa Garcia

Vamos iniciar este artigo respondendo a duas questões fundamentais: o que é a sondagem? E por que realizar a sondagem? Lembrando ao leitor qual é a concepção de aprendizagem que embasa as ideias deste artigo e qual a proposta de alfabetização que estamos tratando.

A sondagem é um dos recursos que os professores dispõem para conhecer as hipóteses que os alunos ainda não alfabetizados possuem sobre a escrita alfabética e o sistema de escrita de uma forma geral. Ela também representa um momento no qual os alunos têm a oportunidade de refletir sobre aquilo que escrevem, com a ajuda do professor. É por meio dela que se olha o desenvolvimento e a aprendizagem da criança durante o ano escolar; pode ser considerada uma avaliação processual que tem como objetivo o processo de aprendizagem do aluno, no decorrer do ano.

Quando o aluno permanece na mesma rede de ensino, pode-se obter o histórico do aluno do 1º ao 5º ano, pois os dados, numa determinada rede, ficam arquivados para pesquisa do professor e para planejamento da unidade escolar com relação às atividades didáticas a serem planejadas e desenvolvidas nas unidades escolares. A Escola pode acompanhar a evolução da sondagem e gerenciar os dados que ela revela.

O QUE É UMA SONDAGEM?

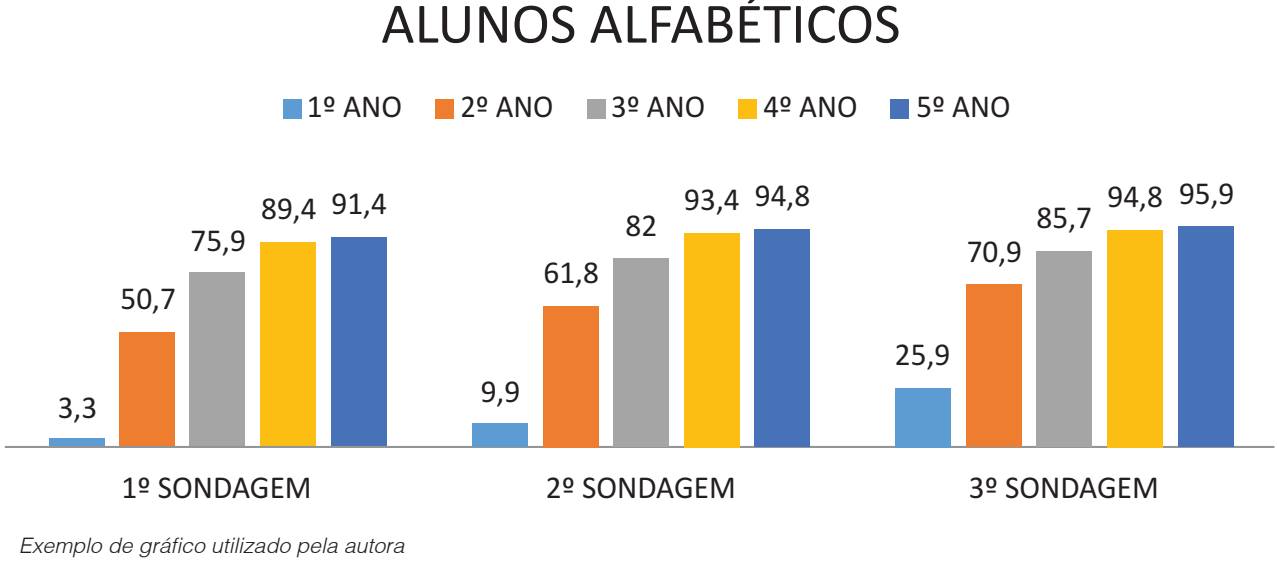
Segundo o documento oficial do programa Ler e Escrever da Rede Estadual de Ensino de São Paulo (SEE/SP), "a sondagem é uma atividade de estudo que envolve, num primeiro momento, a produção espontânea pelos alunos de uma lista de palavras e uma frase sem o apoio de outras fontes escritas. A frase deverá con-

templar uma palavra ditada na lista, para reforçar, ou não, suas hipóteses de escrita. É uma situação de escrita que deve, obrigatoriamente, ser seguida da leitura pelo aluno daquilo que ele escreveu. Por meio da leitura, você poderá observar se o aluno estabelece ou não relações entre aquilo que ele escreveu e aquilo que ele lê em voz alta, ou seja, entre a fala e a escrita." (SÃO PAULO, 2014, p.41).

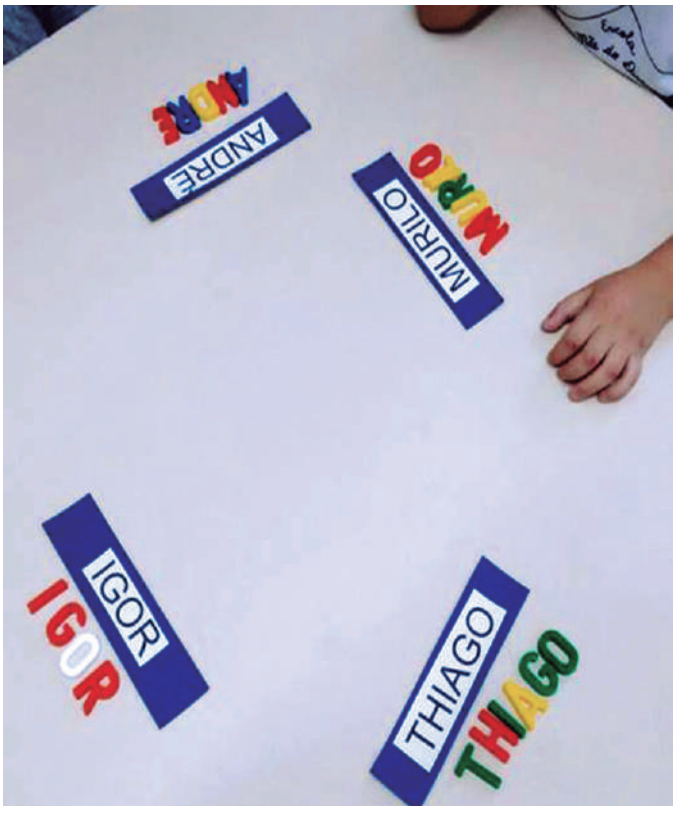
Para que a sondagem ou avaliação inicial, como também pode ser chamada, seja, de fato, uma fonte de informações para o professor e para a escola, é importante que ela se realize durante o decorrer do ano escolar. Como exemplo, podemos citar, novamente, a Rede Estadual de Ensino de São Paulo, na qual a sondagem é prevista em calendário escolar. Cada escola tem o seu período de aplicação, em média de oito (8) a dez (10) dias são reservados para este momento nos seguintes meses do ano: fevereiro, abril, junho, setembro e novembro. A digitação do Mapa de classe é obrigatória para todas as Escolas Estaduais que mantém classes de anos iniciais (1º ao 5º ano).

Assim, durante o ano letivo, é possível analisar o processo de alfabetização dos alunos em cinco momentos diferentes e acompanhar o processo de alfabetização inicial de cada um deles. Os resultados da sondagem são discutidos nas escolas nos horários de trabalho coletivo e tem como um dos objetivos o planejamento de atividades didáticas para proporcionar o avanço na hipótese de escrita das crianças.

A unidade escolar, responsável por acompanhar a evolução da sondagem e gerenciar este processo, pode organizar os resultados em gráficos e acompanhar a evolução da aprendizagem das crianças em cada ano. A organização dos resultados da sondagem em gráficos, como o do exemplo abaixo, pode propiciar à unidade escolar um planejamento e um replanejamento das situações de aprendizagem de maneira mais objetiva focando os resultados daquela determinada escola, daquela determinada turma, daquele determinado ano.



Exemplo de gráfico utilizado pela autora



A sondagem não deve ser vista como um momento isolado e exercido somente nos dias e meses determinados para este fim. Ela deve ser vista como uma avaliação processual e global das aprendizagens do grupo classe. E também, um importante instrumento administrado pela equipe de gestão escolar e pelo professor da unidade escolar.

Também devemos lembrar que outros instrumentos merecem a mesma atenção na gestão da sala de aula, além de um olhar cuidadoso no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos, durante o ano escolar.

Os instrumentos imprescindíveis e necessários para o professor são a observação diária de seus alunos e a realização dos registros que apontem o que avaliar durante a rotina diária.

O registro destina-se ao acompanhamento da aprendizagem da leitura e da escrita em suas respectivas salas de aula. O professor não terá tempo suficiente para o registro de todos os alunos da sua sala de aula num mesmo dia, mas ao longo da semana, do mês, ele pode selecionar os alunos que irá observar durante a semana e registrar os aspectos significativos que avaliar como importantes e necessários e, assim, registrar a evolução da aprendizagem dos seus alunos, olhando, também, para o seu ensino. Segundo Weisz:

> *"Como um observador privilegiado das ações do aprendiz, o professor tem condições de avaliar o tempo todo, e é essa avaliação que lhe dá indicadores para sustentar sua intervenção." (WEISZ; SANCHES, 2002, p. 94).*

COMO REALIZAR A SONDAGEM?

Primeiramente a sondagem deve ser feita com todos os alunos, justamente, para identificar os que ainda não escrevem alfabeticamente. Geralmente, no mês de fevereiro é importante que o professor planeje esta atividade coletivamente. Para os alunos que não escrevem ainda, convencionalmente, os professores devem repetir a sondagem individualmente, acompanhando o que ele escreve, pedindo sempre que leia o que escreveu e anotando os detalhes de como realiza a leitura. O que fazer com o restante da turma? Envolvê-los com outras atividades que não solicitem tanto a presença do professor.

A sondagem deve ser realizada com critérios e um deles é a definição das palavras que comporão as listas. Elas devem:

- Fazer parte do vocabulário dos alunos, mesmo que ainda não tenham tido a oportunidade de refletir sobre a representação escrita dessas palavras, mas não devem ser palavras cuja escrita tenha sido memorizadas.

- Deve contemplar palavras que variam na quantidade de letras, abrangendo palavras monossílabas, dissílabas, trissílabas e polissílabas. Inicie pelas palavras polissílabas, e por último, contemple as monossílabas. Este critério deve ser levado em consideração, para levar em conta as crianças que escrevem seguindo a hipótese do número mínimo de letras, podendo se recusar a escrever se tiverem que começar pelas palavra smonossílabas.

- Evite palavras que repitam as vogais, pois isso também pode fazer com que as crianças entrem em conflito - por causa da hipótese da variedade e também se recusem a escrever.

- Após o ditado de lista, dite uma frase que envolva pelo menos uma das palavras da lista, para poder observar se os alunos voltam a escrever essa palavra de forma semelhante, ou seja, se a escrita dessa palavra permanece estável mesmo no contexto de uma frase.

- As listas precisam estar organizadas dentro do mesmo campo semântico. Por exemplo: uma lista de animais, materiais escolares, festa de aniversário, alimentos, brinquedos, brincadeiras e etc.

A lista e a frase que compõem a sondagem devem ser cuidadosamente analisadas pelo professor da sala. Se este não se sentir seguro em realizar a análise das escritas segundo as hipóteses de escrita das crianças, é preciso que o professor conte com a ajuda do coordenador pedagógico ou mesmo de outro professor que o auxilie nesta análise. Lembrando que há uma concepção de aprendizagem presente para a elaboração da sondagem, para o desenvolvimento da sondagem e para a avaliação da sondagem. Requer conhecimento, por parte do professor, de natureza conceitual, procedimental e atitudinal. O professor deve olhar para o aluno como sujeito da aprendizagem. Se algum aluno se recusar a escrever, ofereça-lhe letras móveis e proceda da mesma maneira.

A ideia não é dizer que a criança não sabe escrever ainda e sim o que a criança sabe sobre a escrita naquela sondagem, sempre procurando ver esta avaliação como um processo formativo, contínuo e olhar sempre os seus avanços, guardando as sondagens anteriores para comparar a evolução da criança. Não há retrocesso na escrita da criança, portanto, não existe "desaprender", nem avaliação do tipo: "Nossa, na sondagem an-

terior ela escreveu e nessa ela 'esqueceu' tudo", não existe isso. É preciso ou repetir a sondagem, ou pedir para o coordenador ficar junto na realização de outra sondagem, ou se perceber que aquele momento não é o adequado para isso, realizar a sondagem num outro dia.

É preciso ter sensibilidade para saber a hora de fazer a sondagem com determinada criança que se mostra resistente ou receosa para a realização desta determinada tarefa. A sensibilidade do professor neste momento é fundamental, quanto mais o aluno sentir-se acolhido e acreditar que o seu professor sabe o que ele sabe, melhor será o processo de realização da sondagem e seus resultados.

É importante, também, o professor saber que a sondagem das hipóteses de escrita deve ser aplicada enquanto a criança não compreender o funcionamento do sistema alfabético de escrita. Quando as crianças escreverem convencionalmente, mesmo com alguns erros ortográficos, não há necessidade de se realizar a sondagem com elas e sim planejar boas situações de aprendizagem para que elas se tornem leitoras e produtoras de textos.

O momento de análise das escritas das crianças também é fundamental, por isso, caso não se sinta seguro para dizer em que nível de escrita o aluno está, peça a ajuda da coordenadora da unidade escolar ou de outro professor que possa ajudar a interpretar a escrita das crianças, que nem sempre está fácil para analisar e não se encaixam nas hipóteses de escrita descrita por Ferreiro canonicamente. Mais um olhar para a análise e a presença de letras móveis, se necessário, ajuda nesta fase da escrita.

DE ONDE VEM A SONDAGEM?

Com a pesquisa de Ferreiro e Teberosky (1985) descobriu-se que o problema da aprendizagem da leitura e da escrita não é uma questão só da escolha do melhor método. A pesquisa ajudou a descobrir o sujeito cognoscente, aquele que aprende, aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e que não espera alguém que possui um conhecimento transmitir a ele. Este sujeito aprende por meio de suas ações sobre o objeto e constrói suas próprias categorias de pensamento, ao mesmo tempo, em que organiza seu mundo. Certamente já deu para entender o conceito de alfabetização com o qual está se propondo a organização da sondagem e o trabalho do professor decorrente deste momento.

Com esta descoberta, a atividade presente nas salas de aula, como os ditados que objetivavam apenas saber se as crianças escreviam ou não corretamente uma lista de palavras, começa a ser discutida, porque não garantia a aprendizagem da leitura e da escrita. Em seu lugar, a sondagem ou a avaliação inicial, como também é chamada, baseada na concepção de aprendizagem construtivista, começa a fazer parte da rotina do professor e com o avanço das pesquisas em didática da alfabetização, ela começa a ter um calendário para a sua realização, já que se trata de avaliar o processo de aprendizagem do aluno e, também, avaliar a intervenção do professor.

Nesta proposta de alfabetização, a rotina deve contemplar situações didáticas de reflexão sobre o sistema de escrita alfabética e de apropriação da linguagem que se escreve.

A contribuição da psicogênese foi de extrema importância para se repensar as atividades didáticas ,não só com foco no ensino, mas com o olhar no processo de aprendizagem do sujeito.

Podemos afirmar que esta mudança de olhar para o sujeito de aprendizagem fez com que se olhasse para os avanços das crianças comparando suas escritas no decorrer do ano.

POR QUE REALIZAR A SONDAGEM?

A realização da sondagem propicia observar que o ensino deve ser planejado e replanejado em função das aprendizagens conquistadas ou não, como nos afirma Weisz. Podemos dizer que a sondagem é um recurso para compreender o que acontece com seus alunos e refletir sobre as propostas didáticas e as aprendizagens conquistadas por eles.

Ao realizar a sondagem processualmente, o professor também planejará suas atividades didáticas para atender a aprendizagem dos alunos e contribuir para que eles avancem na reflexão sobre a escrita. Ela é um instrumento fundamental para cumprir este objetivo de aprendizagem.

Quais seriam, então, boas atividades didáticas para se propor aos alunos enquanto ainda não conseguiram chegar na escrita alfabética e ajudá-los neste caminho? Uma delas é a atividade de lista com nomes próprios, ela é importante no processo de alfabetização por contribuir para a compreensão das características do sistema de escrita, além de funcionar, também, como modelo estável de escrita. É importante ressaltar que esta atividade contribui para a aprendizagem da escrita e não apenas da escrita do próprio nome. O nome próprio é fonte de informação para outras escritas.

Outras atividades são as escritas de listas. Este é um texto privilegiado para o trabalho com alunos ainda não-alfabetizados. A atividade com lista possibilita o uso de estratégias de leitura, o que contribui na reflexão sobre o funcionamento do sistema de escrita. Também mantém as características de objeto sociocultural real, pois é um texto que não está só nas atividades escolares, tem uma função social e está muito presente no dia-a-dia das pessoas.

Atividades com textos que os alunos conhecem de memória (parlendas, adivinhas, canções, cantigas populares, quadrinhas, trava-línguas, poemas, etc.), principalmente, para aqueles que ainda não estiverem lendo e escrevendo convencionalmente, possibilitam avanços em suas hipóteses a respeito da língua escrita. Qual é o desafio neste tipo de atividade didática? Ajustar o falado ao escrito. É uma atividade que cria problemas para diferentes níveis de conhecimento, o que acaba promovendo aprendizagem de todos os alunos. As listas promovem comparações entre palavras que começam ou terminam da mesma forma.

Conhecer os nomes das letras é também fundamental para os alunos que estão se alfabetizando, pois, em alguns casos, eles fornecem pistas sobre a forma gráfica das letras e a ordem alfabética. As atividades com o alfabeto devem acontecer apenas enquanto houver alunos que não sabem os nomes das letras. Depois disso, elas perdem a função.

Marisa Garcia é doutora em Psicologia da Educação – PUC/SP, professora do Instituto Vera Cruz – graduação e pós-graduação; e supervisora acadêmica do Programa Ler e Escrever / Bolsa Alfabetização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRO, Emilia &TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. São Paulo, Cortez, 1985.

LERNER, Delia. Ler e Escrever na escola: o real, possível e o necessário. Porto Alegre, Artmed. 2002.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Ler e Escrever: guia de planejamento e orientações didáticas; professor alfabetizador – 2º ano. FDE 2014.

WEISZ, Telma & SANCHES, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo, Ática, 2002.

SONDAGEM

Avaliação diagnóstica e processual

Um retrato do avanço da Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes

Mitch Almeida
Nayara Xavier

Aprimorar a prática avaliativa, elaborar estratégias a partir dos resultados, acompanhar a aprendizagem dos alunos em Língua Portuguesa são os principais objetivos da Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes, desde 2011, quando da instituição da Sondagem como principal instrumento de avaliação dos alunos no que tange a construção do sistema alfabético de escrita e proficiência escritora.

Nos últimos cinco anos, tem-se desenvolvido a Sondagem das Hipóteses de Escrita com os alunos do Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano) e a Sondagem de Produção Textual com as turmas dos anos Finais do Ensino Fundamental Ciclo I (4º e 5º ano). Com os estudantes do primeiro grupo, o objetivo é propor uma atividade de escrita espontânea, sem apoio de outras fontes escritas; esse registro é utilizado pelo professor para avaliar o percurso de cada aluno ao longo do ano, estabelecendo comparações das escritas individuais desde o início do período letivo. Já com os estudantes do segundo grupo, a finalidade é caracterizar o nível de desenvolvimento discursivo dos alunos, liberando-os da responsabilidade de criação do conteúdo temático para que possam se preocupar com a linguagem escrita que utilizarão ao redigir uma narrativa conhecida.

TRAJETÓRIAS DE APRENDIZAGEM

Em 2011, início da sistematização deste trabalho, o desenvolvimento da Sondagem ocorria de maneira bastante elementar, sem a utilização de ferramentas informatizadas. Mudança que foi primordial para o desenvolvimento do trabalho como veremos ao longo desse artigo. Sendo assim, o tratamento dos dados dos quase 4.500 alunos destes níveis de ensino era um desafio a ser ultrapassado para melhor acompanhamento dos resultados e, consequentemente, das Unidades Escolares.

Desde que adotada como um importante instrumento para a Rede Municipal, esta avaliação também é interpretada como um momento de aprendizagem, tanto para o professor quanto para o aluno. Sobretudo, para o professor que tem a possibilidade de observar os "processos e mecanismos de conhecimento ativos pelo aluno, mesmo no caso de 'erros', no sentido de rever e refazer seus procedimentos de educador" (ROMÃO, 2005, p.88). Este instrumento avaliativo (a Sondagem) deve repercutir em todas as ações, que direta ou indiretamente, estejam envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

Em decorrência da análise dos resultados finais de 2011, no ano subsequente a Secretaria propôs a ampliação da Formação Continuada para os professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Ciclo I). A partir daí, surgiu a necessidade de inclusão das turmas de Infantil IV das escolas municipais no processo de aplicação da Sondagem.

O ano de 2012 foi marcado por mudanças significativas. Além da citada anteriormente, houve o aprimoramento dos recursos para coleta dos dados: o registro em planilhas informatizadas. Isso possibilitou um acompanhamento ainda mais próximo das escolas, principalmente, daquelas com baixo desempenho.

De posse de todos os registros, a composição de um material interno para análise dos resultados foi fundamental, constituindo-se assim um diagnóstico da Rede na área da alfabetização. Com isso, o processo de aquisição da escrita das crianças matriculadas nas escolas municipais pôde ser acompanhado com maior proximidade pela Secretaria, gestores e professores.

A esse respeito, em entrevista, Luckesi (2005) afirma:

> *Todos os instrumentos de coleta de dados sobre a aprendizagem são úteis para uma prática da avaliação, caso os dados obtidos sejam lidos sob a ótica do diagnóstico e não sob a ótica da classificação. [...] Ele terá que ser adequado para coletar os dados que necessitamos para avaliar aquilo que estamos querendo avaliar. Se quero saber se um aluno sabe nadar, é preciso que ele nade e não que escreva uma redação sobre como nadar. Um instrumento adequado para a coleta de dados que estamos necessitando será sempre bom.*

Em 2012, foram avaliados 22.600 alunos, distribuídos em 98 Unidades Escolares. Os resultados finais mostraram um crescimento quanto ao número de alunos alfabetizados[1]. Todo o investimento na área de formação dos docentes e o acompanhamento da aprendizagem das crianças demonstraram-se positivos, pois auxiliaram na melhoria da Educação Municipal.

Acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto à alfabetização, diminuindo gradativamente o número de alunos em hipóteses anteriores a alfabética até o final do 3º ano, prevenindo um diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem, esteve entre as prioridades para os anos subsequentes. Em virtude disso, o Departamento Pedagógico desta Secretaria acompanhou mais de perto algumas Unidades Escolares.

Ao comparar os dados de 2011 e 2012, constatou-se o aumentou exponencial do número de alunos avaliados na Rede em 400%. Esses números mudaram a característica da análise e acompanhamento dos dados coletados. É importante esclarecer que esse crescimento no número de estudantes avaliados se deu com a inserção nesse processo avaliativo das turmas de Infantil IV, das escolas subvencionadas.

Vale ressaltar: o fato de avaliar o quanto as crianças das turmas de Infantil IV sabem sobre a escrita não torna obrigatória o alcance da base alfabética ao término da Educação Infantil, etapa da Educação Básica com finalidade de desenvolver integralmente a criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Contudo, num ato de respeito a essa infância, é necessário permitir que tenham acesso à língua escrita de maneira lúdica e prazerosa. Não há motivos para impedir esse acesso, pois segundo as Diretrizes Curriculares Municipais para Educação da Infância (2007, p.38) "As crianças estão inseridas no mundo da leitura e da escrita bem antes de iniciar seu processo formal de escolarização...".

Neste mesmo período reverberaram no município as várias discussões nacionais sobre a alfabetização e os desdobramentos desta em práticas voltadas para o desenvolvimento da língua e linguagem. Para as crianças de 5 anos (Infantil IV), assim como para as demais, o carácter diagnóstico da Sondagem indica aos professores os saberes tão ricos construídos pelos estudantes até ali e que são ponto de partida para um caminho de descobertas.

Inserir essas crianças tão pequenas neste processo compreende um respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e um olhar sensível do professor para cada indivíduo. Avaliar neste caso torna-se um observatório das potencialidades e dificuldades dos alunos. Acerca desta reflexão, Cardoso (2012, p.95) traz à tona um dado de extrema relevância:

> *É necessário abordar a avaliação como um processo que envolve não somente o desempenho dos alunos, mas também o trabalho do professor. Mediante a avaliação do andamento de seu próprio trabalho, o educador reflete sobre os caminhos a tomar, observando o que foi construído até então. Nesse percurso, o olhar enfoca tanto o trabalho do grupo como um todo quanto o de cada aluno que o compõe.*

Retomando a trajetória avaliativa, no ano de 2013 foi criado o Módulo Sondagem no Sistema de Gestão Educacional - SGE, o que trouxe avanços qualitativos na organização dos dados. Em ambiente virtual, cada gestor passou a registrar os resultados da avaliação das hipóteses de escrita por turma. Isso trouxe certa agilidade para a consolidação dos dados, facilitando o *feedback* às equipes escolares, que podem (re)planejar suas ações com base nas aprendizagens das crianças e suas reais necessidades.

Nesse constante movimento, entre o crescimento da população avaliada e o uso de diferentes estratégias para análise, a Sondagem consolidou-se enquanto instrumento de avaliação processual e

[1] Entende-se alfabetizado como a capacidade dos alunos "de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações. Significa ler e produzir textos para atender a diferentes propósitos. A criança alfabetizada compreende o sistema alfabético de escrita, sendo capaz de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz. Alunos que possuem autonomia para produzir textos..." (Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, 2013).

diagnóstica, fundamentando a tomada de decisões na perspectiva do avanço das crianças.

Refletir sobre a construção do conhecimento dos alunos acerca da escrita ainda é um grande desafio para todos, pois a análise deve contemplar todo o processo e as múltiplas possibilidades de aprendizagem que surgem a partir dela.

Abordada dessa maneira, a Sondagem é colocada numa perspectiva diagnóstica da Avaliação da Aprendizagem, como nos aponta Luckesi (2011):

a) **autocompreensão**, dos professores e dos alunos que buscam na avaliação o suporte para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e melhores resultados;

b) **motivação do crescimento**, por possibilitar o diagnóstico e a prospecção de caminhos exitosos;

c) **aprofundamento**, quando se realiza uma atividade onde a aprendizagem é revelada e, concomitantemente, é possível aproximar-se ainda mais do objeto de conhecimento; e

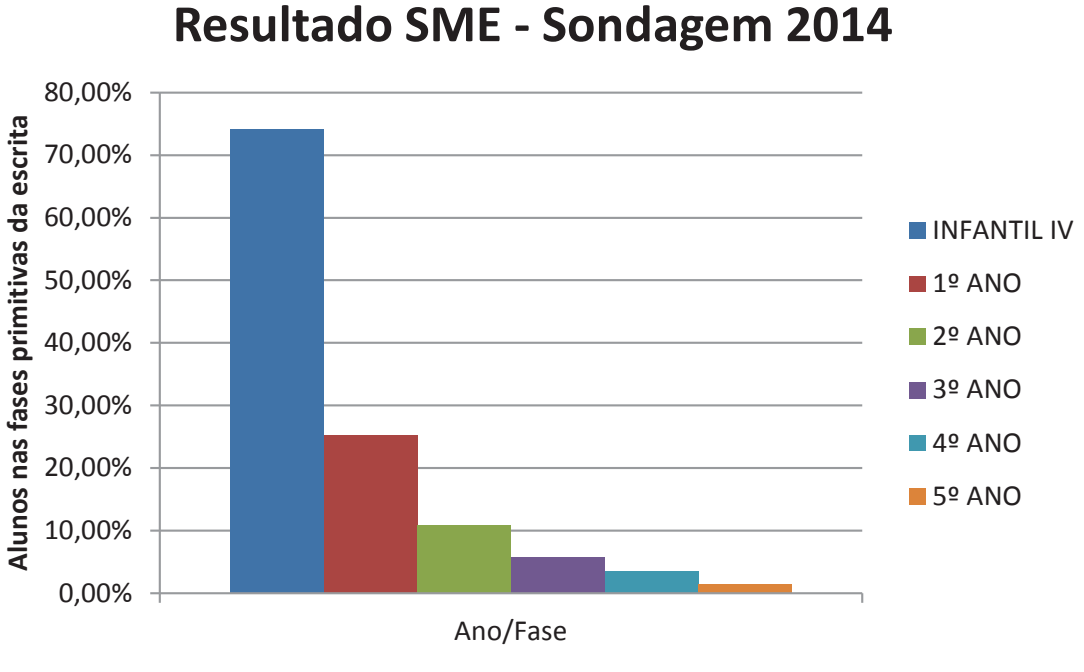
d) **auxiliar a aprendizagem**, por dar ao professor acesso a informações privilegiadas sobre os saberes e reais necessidades dos educandos, sempre na perspectiva da aprendizagem e desenvolvimento.

Ao longo dos anos, o público avaliado aumentou. Assim foram necessárias várias adequações para alcançar a totalidade dos alunos como:

- aprimorar o documento de orientações para aplicação da Sondagem, encaminhado às Unidades Escolares bimestralmente;
- elaborar relatórios de análise quantitativa e qualitativa dos resultados;
- acompanhar "*in-loco*" as escolas que apresentaram baixos índices a partir das expectativas propostas pelas Matrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica e documentos correlatos como os materiais do Programa Ler e Escrever; e
- ministrar formações sobre Sondagem e outros instrumentos de avaliação para as escolas que apresentaram tal necessidade.

O ano de 2014 foi marcado por diversas ações de alinhamento e que refletiram substancialmente nos resultados. Com um total de quase 27 mil alunos avaliados, a Sondagem final apontava que apenas 5 mil alunos estavam entre as hipóteses mais primitivas do processo de aquisição da escrita.

Em análise dos quantitativos, constatou-se que a maior parte deles estavam matriculados nas turmas de Infantil IV, o que aponta um percurso natural de aprendizagem sem trazer grandes preocupações às equipes pedagógicas da Secretaria e Gestores das Unidades Escolares, conforme demonstra o gráfico de barras a seguir:



Fonte: Divisão de Avaliação - Departamento Pedagógico/SME

No Sistema Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes, a Sondagem das Hipóteses de Escrita é um importante instrumento para elaboração de Políticas Públicas e redimensionamento das metas de cada Unidade Escolar. De posse dos resultados é possível acompanhar e disponibilizar apoio necessário às atividades das escolas nas questões que norteiam a avaliação escolar.

A análise desta mesma avaliação na escola é um desafio, pois é a partir dela que o docente planeja sua aula considerando a heterogeneidade de sua turma, utilizando-a como propulsor de outros conhecimentos.

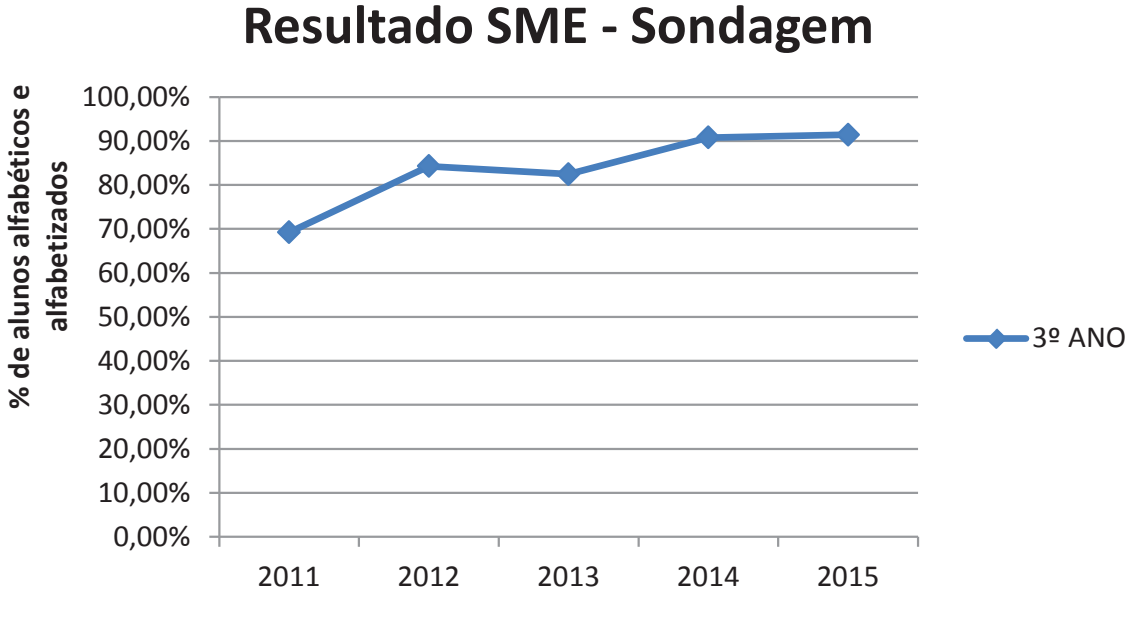
Em 2015, com o intuito de auxiliar os docentes na tarefa de avaliar imparcialmente os textos de nossas crianças, incluímos ao Documento Orientações – Sondagem/2015 uma sugestão de análise mais detalhada das produções textuais daqueles alunos que alcançaram a base alfabética de escrita e apresentaram autonomia suficiente para a produção da reescrita de textos narrativos.

Com essa sugestão foi lançado um novo desafio a todos os envolvidos no processo de alfabetização dos alunos da Rede:

De que maneira podemos qualificar ainda mais a proficiência escritora e leitora de nossos alunos até o 5º ano?

Considerando pressupostos teóricos como Joaquim Dolz e Maria Luiza M. Abaurre, foi difundida a proposta de uma avaliação buscando caracterizar o nível de desenvolvimento discursivo dos alunos e a utilização da linguagem escrita que empregam para redigir narrativas já conhecidas como, por exemplo, contos e fábulas. Em consonância a este novo instrumento, foram organizadas Orientações Técnicas aos Coordenadores Pedagógicos a fim de que estes formem seus professores e juntos, colaborativamente, avaliem os textos dos alunos para planejar novas ações voltadas à aprendizagem de habilidades e competências da Língua Portuguesa.

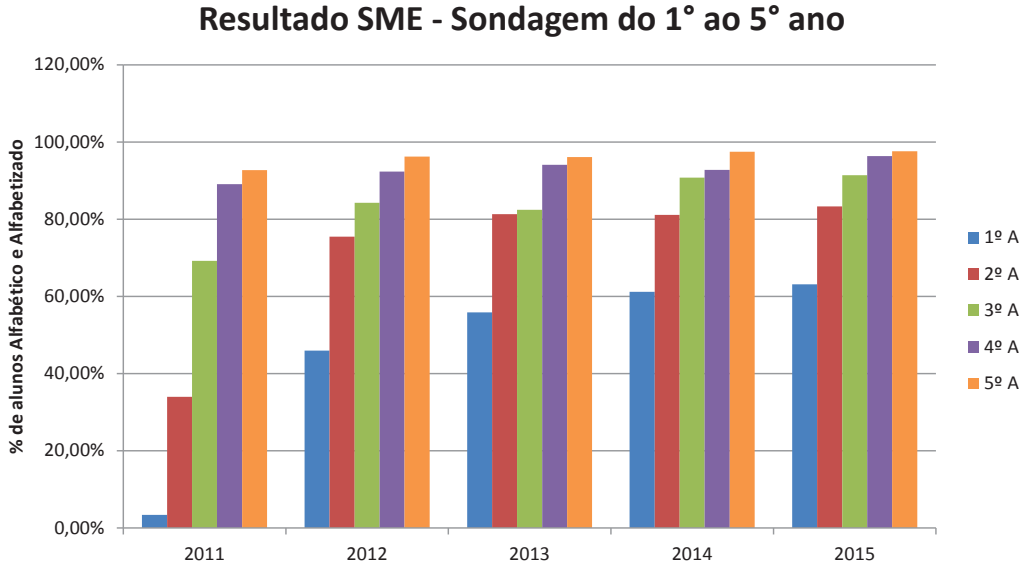
Percebe-se que a utilização da Sondagem das Hipóteses de Escrita e da Produção Textual tem provocado um movimento em toda a Rede Municipal, no sentido de garantir os direitos de aprendizagem da Língua Materna. Vejamos como tem crescido o número de alunos alfabetizados dos alunos regularmente matriculados no 3º ano:



Fonte: Divisão de Avaliação - Departamento Pedagógico/SME

A escolha da faixa etária justifica-se pela deliberação do Plano Nacional da Educação que determina a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Meta que a Secretaria Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes está muito próxima.

Tendo em vista todo o trabalho desenvolvido com a Sondagem, enquanto avaliação diagnóstica de acompanhamento e a favor das aprendizagens, é possível compreender o avanço obtido de 2011 até aqui e, os motivos pelos quais esse instrumento tem se consolidado em cada Unidade Escolar e na Rede.



Fonte: Divisão de Avaliação - Departamento Pedagógico/SME

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUCKESI, C.C. Avaliação da Aprendizagem; visão geral: depoimento. [8 de outubro de 2005]. São Paulo: Caderno do Colégio Uirapuru. Entrevista concedida ao jornalista Paulo Camargo.

_____. Avaliação da aprendizagem escolar: um ato amoroso. In: _____Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições – São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOSO, B. P. A. Avaliação e reflexão final. In: _____Práticas da linguagem oral e escrita na Educação Infantil – São Paulo: Editora Anzol, 2012.

ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica desafios e perspectivas – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

Mitch Almeida é assessor técnico-pedagógico na área de Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental e formador de professores em Alfabetização.

Nayara Xavier é assessora técnica-pedagógica na área de Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, professora de Ensino Fundamental e formadora de professores em Alfabetização e Matemática.

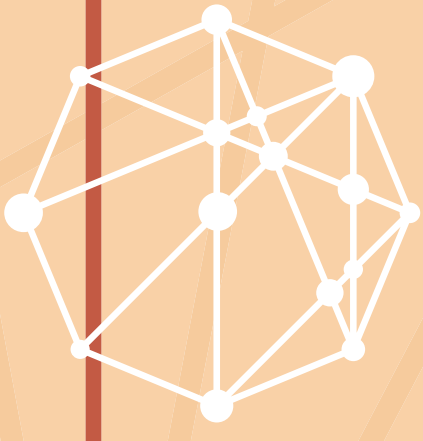
Avaliação Municipal das Aprendizagens

Uma ferramenta a serviço do desenvolvimento do alunado

Mitch Almeida
Nayara Xavier

Há muito se discute sobre a importância da Avaliação, suas dimensões e requisitos. Tal objeto de discussão, sob uma ótica reducionista, muitas vezes é definido tão somente a partir das avalições externas idealizadas, planejadas, elaboradas e corrigidas fora dos muros escolares, cujo objetivo é aferir a performance dos alunos, a fim de identificar quais habilidades e competências foram ensinadas em determinado período da escolarização nas diversas redes de ensino. São exemplos disso: a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC (Prova Brasil), a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP e o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE. Contudo, a avaliação externa é apenas um dentre os diferentes tipos de Avaliação. Vejamos como Libâneo (2013, p. 197) traduz, em linhas gerais, esse processo:

> *A avaliação é um termo geral que diz respeito a um conjunto de ações voltadas para o estudo sistemático de um fenômeno, uma situação, um processo, um evento, uma pessoa, visando a emitir um juízo valorativo. Considera-se, em geral, que os processos de avaliação implicam a coleta de dados (de informação), a análise e uma apreciação (juízo) valorativa com base em critérios prévios, tendo em vista a tomada de decisões para novas ações.*



APRENDI

Avaliação das Aprendizagens

A partir dessa perspectiva, a Avaliação deixa de assumir a dimensão classificatória, aquela que legitima a seleção entre alunos bons e ruins, tornando-se um modelo ultrapassado. Hoje, a Avaliação é vista como uma importante ferramenta disponível para os diversos atores educacionais dentre eles, professores e gestores, para alcançar o principal objetivo da escola: a qualidade, a equidade e a eficiência do processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, outras dimensões assumem papel de destaque: a gerencial, que está a serviço da gestão da escola, auxiliando no domínio e conhecimento do sistema escolar, na formulação de estratégias. E a pedagógica, vista como transformadora, pois está a serviço *da* e *para* a aprendizagem. A esse respeito Luckesi (2011, p. 175) coloca a

> *avaliação da aprendizagem como um ato de investigar e, se necessário, intervir, tendo em vista a obtenção dos resultados desejados da ação pedagógica. [...] Na prática escolar, nosso objetivo é que nossos educandos aprendam e, por aprender, se desenvolvam. A avaliação da aprendizagem está a serviço desse projeto de ação e configura-se como um ato de investigar a qualidade da aprendizagem dos educandos, a fim de diagnosticar impasses e consequentemente, se necessário, propor soluções que viabilizem os resultados satisfatórios desejados.*

Nesse sentido, tão importante quanto descobrir formas para aferir a qualidade, a equidade e a eficiência do processo, é oferecer - a partir dos resultados obtidos - alternativas para fazer todos os estudantes avançarem. Sendo assim, o ato de avaliar é importante porque assegura o cumprimento do direito à Educação, dentre eles o:

- Direito a aprender:
  - Promoção, permanência e acesso (trajetória);
  - Conhecimentos, habilidades e atitudes (aprendizado);
- Direito ao processo educacional adequado;
- Direito a uma escola com condições adequadas.

De acordo com Libâneo (2013, p. 209) a

> *"avaliação da aprendizagem precisa ajudar a identificar disciplinas ou outros aspectos em que o aluno apresenta maiores dificuldades, como aparecem estas defasagens e, especialmente, porque elas aparecem"*.

Entretanto, não se trata de uma simples tarefa. Para garantir o aspecto levantado pelo autor e obter uma boa Avaliação, que assegure o direito a Educação, alguns requisitos devem ser considerados, a saber: "**1) utilidade -** atender as necessidades de informação prática dos envolvidos na avaliação; **2) viabilidade -** ser realística (o mais próximo possível da realidade), prudente, diplomática e simples; **3) ética -** ser realizada legalmente e com o devido respeito ao bem estar dos envolvidos no processo avaliativo; **4) precisão -** revelar e transmitir tecnicamente informações adequadas para permitir juízos de mérito e relevância; **5) responsabilidade -** demonstrada no uso dos recursos, atividades ou decisões no cumprimento da avaliação ." (informação verbal)[1].

APRENDI: CONSIDERAÇÕES, ELABORAÇÃO E OBJETIVO

É nesse contexto, o de considerar a Avaliação como uma eficiente ferramenta para que a *ensinagem*[2] seja uma ação eficiente, a aprendizagem e o desenvolvimento do alunado se tornem cada vez mais significativas, que a Avaliação Municipal das Aprendizagens - APRENDI foi implantada e implementada, em 2015, na Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes como uma importante ferramenta para o acompanhamento dos alunos, das escolas municipais e para a tomada de decisões, a fim de potencializar a qualidade da Educação ofertada.

Não obstante, a origem da APRENDI apoiou-se na solicitação das Unidades Escolares, por meio de seus Gestores, em reuniões bimestrais junto à Secretaria de Educação, por uma avaliação unificada. Este pedido, oriundo da própria instituição escola, de certa forma evidencia uma inquietação: o compromisso com a qualidade e contínuo avanço do processo ensino-aprendizagem. Outras considerações influenciaram a implantação e implementação da Avaliação Municipal:

- A prática da avaliação contínua e cumulativa, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)[3];
- O fomento a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, conforme determina a Meta 7, do Plano Nacional de Educação (PNE)[4];
- A avaliação como processo contínuo de acompanhamento do desenvolvimento individual da aprendizagem do aluno[5];

1. Palestra "Elevar o IDEB e assegurar a aprendizagem – 'Tudo o que os municípios precisam saber'" proferida pelo Prof. Me. Luciano Roberto Rocha no Ciclo de Seminários e capacitações UNDIME - SP, São Paulo, 31/08/2015.
2. A expressão ensinagem é adotada aqui para significar uma situação de ensino da qual necessariamente decorra a aprendizagem, sendo a parceria entre professor e alunos condição fundamental para a construção do conhecimento.
3. Artigo 24, LDB/1996.
4. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
5. Diretriz Curricular Municipal para a Educação da Infância nº 21.

- O levantamento de informações sobre os resultados da aprendizagem escolar e do sistema escolar[6];
- O subsídio aos gestores e docentes, com orientações para que cada Unidade Escolar elabore planos de ação para os processos de construção e recuperação da aprendizagem;
- O diagnóstico, por meio de instrumento padronizado, dos aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata;
- A manutenção e avanço da qualidade social da Educação Mogiana.

Em conformidade com as considerações mencionadas, o objetivo principal da APRENDI é delinear um diagnóstico do Sistema Municipal de Ensino e compreender como ele está se desenvolvendo. Seu resultado possibilita mensurar habilidades e competências adquiridas e/ou sinalizar em que nível se encontra a proficiência dos alunos, gerando uma série de informações que podem proporcionar um olhar mais refinado para o processo ensino-aprendizagem, auxiliando na tomada de decisões de governabilidade da escola, para atingir os objetivos para cada ano/série.

Já para a Secretaria, tais resultados apontam o desempenho das Unidades Escolares, favorecendo o Sistema no futuro aprimoramento de programas, projetos, orientações e formações, destinados a constante melhoria da qualidade de educação oferecida.

Cabe ressaltar, ainda, que a Avaliação Municipal das Aprendizagens não tem o propósito de aprovar ou reprovar os alunos, ao contrário, pretende-se constatar quais foram os conhecimentos construídos pelos estudantes e até onde avançaram em sua conceitualização sobre os conteúdos para, a partir daí, (re)planejar de maneira mais eficiente planos de ação e novas intervenções, no sentido de favorecer a construção do conhecimento. Por esse motivo esta avaliação é denominada APRENDI. Na prática, ela se configura como um exame (prova) com características mais objetivas, tornando-se uma referência importante sobre a situação do aprendizado de nossos alunos. Sua elaboração e conteúdo estão ancorados nas Matrizes de Referência do SAEB, entrelaçadas ao Currículo Municipal.

Em seu primeiro ano de aplicação (2015), a Avaliação Municipal das Aprendizagens envolveu os alunos de 4º e 5º anos, uma vez que o Ciclo de Alfabetização é contemplado anualmente por avaliações externas que garantem o acompanhamento das aprendizagens previstas para esse período.

6. Artigo 3º, Resolução SME 21/2011.

A fim de que não haja uma ruptura entre o Ciclo de Alfabetização e os últimos anos do Ensino Fundamental Ciclo I essa avaliação tornou-se uma realidade de monitoramento das aprendizagens em dois componentes curriculares: Língua Portuguesa e Matemática. Tais componentes foram selecionados, pois se configuram como suporte para todos os outros conhecimentos abordados no processo de escolarização.

Aproximadamente 4.700 alunos realizaram a prova ocorrida ao final do primeiro e segundo semestre. Para sua aplicação dois documentos foram utilizados:

1. Caderno do aluno

Teste de Língua Portuguesa, cujo objetivo é aferir a capacidade de ler com autonomia (proficiência leitora), e teste de Matemática, que avalia a capacidade de resolução de problemas dos alunos nos quatro eixos desse componente curricular: números e operações, espaço e forma, grandezas e medidas e tratamento da informação. Ambas são constituídas e estruturadas por cadernos com 15 questões objetivas cada.

2. Caderno do Professor - Orientações Pedagógicas

Material com apresentação da avaliação, orientações gerais para a aplicação da prova, orientações específicas para cada componente curricular avaliado, embasamento legal e devolutiva acerca dos resultados alcançados em Língua Portuguesa e Matemática.

A operacionalização da APRENDI está toda sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, portanto, conceitualmente, trata-se de uma avaliação externa. Contudo, esse instrumento avaliativo ultrapassa tal escopo, pois a correção das provas não ocorre por meio de agentes externos à escola. Pelo contrário, a correção e a utilização imediata dos resultados são de responsabilidade de cada Unidade Escolar. Dessa maneira, as dimensões gerencial e pedagógica redimensionam o conceito da APRENDI, pois com base nos resultados o professor tem possibilidades de, rapidamente, identificar quais habilidades em Leitura e Matemá-

tica os alunos dominam, quais precisam ser consolidadas e, ainda, identificar quais as dificuldades seu público-alvo apresentou ao final do primeiro e do segundo semestre.

Com isso, os alunos podem receber auxílio mediante o resultado alcançado, o professor conta com um instrumento que possibilita a reorganização do seu fazer pedagógico (o que ensinar, como ensinar...) e o gestor pode direcionar sua ação para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

USOS DA APRENDI

As dimensões gerencial e pedagógica agregadas à Avaliação Municipal das Aprendizagens são garantidas, apenas, quando os profissionais envolvidos estão comprometidos com a análise coletiva dos dados, com a investigação acerca da natureza dos acertos e erros dos educandos, como demonstra o depoimento da diretora Maria Cristina Perpétuo e da vice-diretora Camila Nogueira, ambas da EM Vereadora Astréa Barral Nébias[7]:

> *Com a aplicação e a análise minuciosa dos resultados da APRENDI foram verificadas as habilidades e as competências que os alunos apresentaram maior dificuldade, ou seja, de acordo com o critério estipulado pela equipe escolar, todas as questões com acertos inferiores a 70%. A partir dai, reorganizamos as ações pedagógicas para o segundo semestre, focando o trabalho nos descritores com baixa proficiência. Entre a primeira e segunda edição da avaliação, observamos um pequeno progresso na aprendizagem dos alunos, porém importante, tendo em vista que o grau de exigência da segunda prova foi maior. A APRENDI também possibilitou fazer um comparativo com a situação das demais escolas da rede municipal, nos oferecendo assim, uma nova perspectiva de análise.*

Mariane Prestes, então diretora da EM Professora Apparecida Ferreira Cursino[8], com sua afirmação corrobora o depoimento citado anteriormente:

> *Na escola onde atuava como gestora, a APRENDI foi um instrumento de grande valia em diversos âmbitos. Para os professores, o fato de saber que participariam desta avaliação já reavivou o olhar para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, promovendo acompanhamento mais efetivo e sistematizado das atividades desenvolvidas. [...] após a realização da avaliação e preenchimento das planilhas disponibilizadas pela SME, pudemos imediatamente ter dados do desempenho dos alunos por meio dos gráficos que eram gerados automaticamente. Deste modo, de maneira muito ágil, pudemos iniciar a reflexão sobre o que nossos alunos tinham domínio e sobre o que precisavam de uma atenção mais específica por apresentar alguma dificuldade. [...] Esses dados foram essenciais para redirecionar o trabalho com os alunos, essenciais para redirecionar o planejamento dos docentes e suas intervenções, que passaram a ser mais pontuais [...] Também tínhamos outro dado importante: o rendimento de nossa escola frente ao rendimento geral da rede municipal, o que favoreceu não a um ranking competitivo, mas um panorama do desempenho dos alunos do município o que permitiu saber se a unidade escolar conseguiu acompanhar o caminhar da rede. Entre uma edição e outra nossos alunos avançaram e os professores também à medida que passaram a realizar um trabalho mais focado, e de melhores resultados.*

Diante do exposto, percebe-se que as considerações que levaram a Secretaria Municipal de Educação a colocar em prática a Avaliação Municipal das Aprendizagens, bem como o objetivo deste instrumento, foram consideradas pelos gestores e professores das Escolas Municipais. Os depoimentos refletem a preocupação das equipes escolares em analisar os resultados, tornando-os dados observáveis, por meio dos quais fosse possível tomar decisões acerca do processo ensino-aprendizagem e

7. Depoimento integra uma pequena "pesquisa" amostral, recebida via e-mail, acerca da aplicação da APRENDI.
8. Ibid.

avançar nas expectativas propostas, dar continuidade na consolidação de algumas habilidades, ou ainda, investir naquelas não desenvolvidas.

Oportunamente, vale observar que, nesta primeira experiência com uma avaliação municipal unificada, não foram criados quaisquer índices de desempenho. "É muito forte ainda em nosso país a tradição de avaliação centrada exclusivamente no propósito de quantificar a aprendizagem através de notas ou conceitos. Em geral, a escola quer saber se o aluno aprendeu ou não para, afinal, promovê-lo ou retê-lo em função disso" (WEISZ; SANCHES, 2009, p. 108).

A análise dos resultados aqui reiterada algumas vezes, diz respeito ao esforço das Unidades Escolares em compreender a natureza das respostas apresentadas pelos alunos em cada uma das questões e no levantamento de hipóteses a partir delas. Dessa maneira, procurou-se obter uma Avaliação realmente comprometida com os alunos, numa perspectiva de qualidade e na contramão da corrida por melhores índices. Isso não significa oposição a eles, mas ao seu uso equivocado como, por exemplo, os rankings e a premiação de professores.

Com o intuito de obter informações acerca das escolas e de toda a Rede, cada Unidade encaminhou para a Secretaria Municipal de Educação uma cópia dos resultados. Assim, da mesma forma que os docentes e gestores obtiveram o diagnóstico dos alunos, o Sistema de posse das informações prestadas contou com elementos para proceder com as orientações pertinentes. Os dados da Rede foram analisados e a devolutiva ocorreu por meio do documento APRENDI: Orientações Pedagógicas - Caderno do Professor, de circulação interna. Nele foram abordadas as questões em que os alunos encontraram maior dificuldade com suas respectivas recomendações. Dentre elas a responsabilidade da instituição escola no ensino da leitura, do seu dever de estimulá-la; de aprimorar, sobretudo a compreensão; de proporcionar o acesso a diversidade de gêneros textuais, bem como favorecer o desenvolvimento das estratégias de leitura: seleção, antecipação, inferência e verificação.

No que tange a Matemática, as orientações ocorreram no sentido de valorizar as experiências ocorridas no cotidiano dos alunos em situações didáticas que ocorra intercâmbio de saberes, principalmente por meio da resolução de problemas; a proposição do ensino que contemple os quatro blocos de conteúdos distribuídos no planejamento docente de forma a interagir uns com os outros, sem privilégio deste ou daquele conteúdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de concluir, é fundamental reconhecer que a Avaliação é um desafio. Entretanto, trata-se de um componente muito relevante tanto para a prática docente e gestores escolares, quanto para os Sistemas de Ensino no que diz respeito a tomada de decisões. Configura-se como condição para (re) pensar e (re)planejar as ações nos diferentes níveis: aqueles relacionados à escola (fazer pedagógico), bem como aqueles que concernem às políticas públicas educacionais. O processo de ensino e aprendizagem encontra subsídio na Avaliação, pois as informações provenientes dela demonstram a trajetória dos alunos, das escolas e das redes em si.

Embora a aplicação da Avaliação Municipal das Aprendizagens tenha produzido efeitos positivos, pois mobilizou os diferentes atores do processo educativo, nas diferentes instâncias em função dos resultados alcançados, não podemos perder de vista que esta é uma ferramenta que não deve ser considerada para compor notas ou conceitos bimestrais, ou ainda, para aprovar ou reprovar alunos. Há outros instrumentos avaliativos que podem auxiliar o professor em sala de aula dependendo dos propósitos e situações didáticas.

A avaliação externa tem grande potencial colaborador quando alcança também as dimensões gerencial e pedagógica, principalmente quando realizada em nível municipal, como a APRENDI, pois possibilita o envolvimento dos integrantes da rede em torno de sua realidade e reorienta para melhorar ainda mais a qualidade do processo educativo.

Mitch Almeida é assessor técnico-pedagógico na área de Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental e formador de professores em Alfabetização.

Nayara Xavier é assessora técnica-pedagógica na área de Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, professora de Ensino Fundamental e formadora de professores em Alfabetização e Matemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB nacional [recurso eletrônico]: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159).

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

LIBÂNEO, J. C. Avaliação de sistemas escolares. In: _____Organização e gestão da escola: teoria e prática / José Carlos Libâneo – 6. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Heccus Editora, 2013.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico / Cipriano Carlo Luckesi – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MOGI DAS CRUZES. Secretaria de Educação. Diretrizes curriculares municipais para a educação na infância. São Paulo: SME, 2007.

_____. Secretaria de Educação. Regulamenta o disposto nos artigos 7º, 38, 39, 44, 55, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 72 e 76 do Decreto 10.999 de 08 de novembro de 2010 para a elaboração do Regimento das Escolas do Sistema Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes. Resolução SME nº 21/2011, de 28 de novembro de 2011.

WEISZ, T.; SANCHES, A. A necessidade e os bons usos da avaliação. In: _____O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2. ed. São Paulo: Ática, 2009.

IDEB 2015

Aprendizagem adequada e no tempo correto!

Mitch Almeida
Nayara Xavier

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho dos alunos, mensurado por meio da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) - popularmente conhecida como Prova Brasil - e fluxo escolar, obtido por meio dos índices de aprovação, retenção e evasão. Tais indicadores combinados traduzem a ideia de um sistema de ensino ideal onde todos têm acesso à escola, nela permanecem e aprendem na idade correta. (FERNANDES, 2007)

As redes de ensino, suas escolas e os diversos atores envolvidos no processo educacional não devem ficar alheios aos dados divulgados por índices como este. Sendo assim, com o propósito de acompanhar o desenvolvimento da Rede Municipal, mensurar os resultados e a partir deles implantar políticas de manutenção e contínua melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, a Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes acompanha e faz uso dos resultados do IDEB, divulgados bienalmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e pelo Ministério da Educação - MEC.

O IDEB DE MOGI DAS CRUZES

Ciclo I

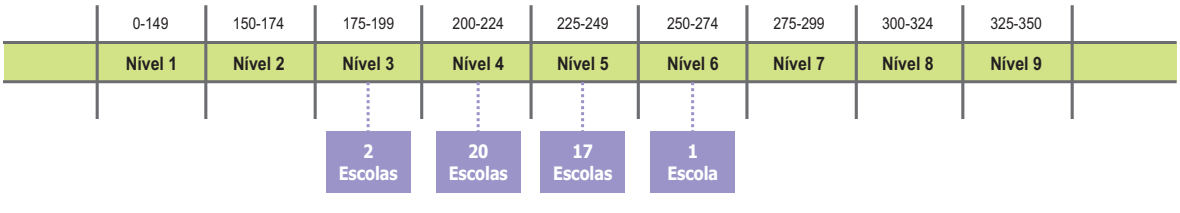
Em 2015, a Rede Municipal de Educação da cidade Mogi das Cruzes participou da Prova Brasil com mais de 1700 alunos nos anos iniciais (Ciclo I), atendidos em 40 Unidades Escolares espalhadas por todo o território de nossa cidade.

Em setembro de 2016, os resultados da última edição do IDEB foram divulgados e a rede municipal apresentou excelentes resultados:

Aprendizado		Fluxo		Ideb
6,40	⊗	0,99	=	6,3
Quanto maior a nota, maior o aprendizado		Quanto maior o valor maior a aprovação		Meta para o município **5,9**

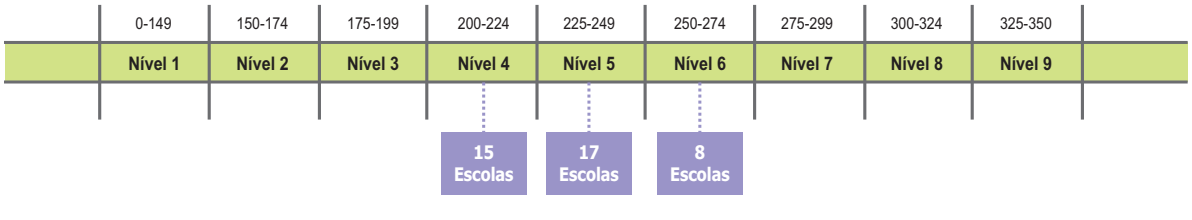
Nos anos iniciais atingimos a meta proposta pelo INEP/MEC, crescemos e ultrapassamos 6,0. Segundo Fernandes (2007), alcançamos a média do nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e fluxo escolar, dos países desenvolvidos e membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O objetivo é garantir que mais alunos sigam aprendendo com fluxo escolar adequado.

No que diz respeito ao indicador aprendizado, o resultado é apresentado em pontos numa escala (Escala SAEB). Essa pontuação pode ser posicionada em 4 níveis qualitativos de competência: avançado, proficiente, básico e insuficiente. Em Língua Portuguesa (Leitura), temos a seguinte configuração:



Isso significa dizer que 92,5% de nossas escolas apresentam proficiência adequada, ou seja, "preparam" seus alunos para continuar os estudos na etapa seguinte; 2,5% das Unidades se enquadram no nível avançado, apresentando alunos com proficiência além da expectativa para aquele período de escolaridade e, apenas, 5% das Instituições são consideradas básicas, isto é, precisam melhorar.

Já em Matemática (Resolução de Problemas), a rede configura-se desta maneira:

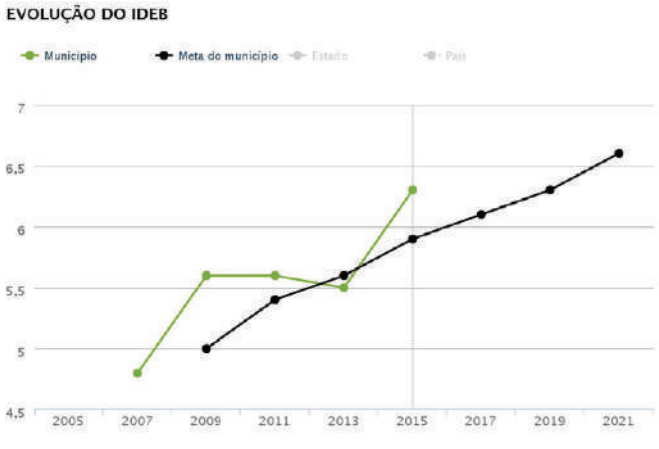


Neste caso 62,5% de nossas Unidades Escolares demonstram aprendizado proficiente e 37,5% das escolas proficiência básica.

Quanto ao indicador fluxo escolar, desde a primeira edição da Prova Brasil é possível observar o crescimento percentual de aprovação dos alunos regularmente matriculados nos anos iniciais.

De 2013 para 2015, ocorreu uma melhoria no percentual de retenção de 3,56% para 0,85%, uma queda equivalente a 2,74%. Esse índice é ainda mais positivo quando comparamos o percentual de 2007 e 2015: a média de retenção do Ciclo I caiu de 9,43% para 0,85%, uma redução de 8,61%.

O gráfico abaixo demonstra o crescimento da Rede e a superação da meta estipulada pelo MEC:



De 2013 para cá avançamos praticamente em 1 ponto (0,8), correspondente a um salto de 15%.

A Rede Municipal, bem como 28 Unidades Escolares obtiveram um resultado maior ou igual a 6,0. Sendo assim, mais da metade das escolas avaliadas (70%) alcançou o patamar educacional médio dos países pertencentes à OCDE. As demais escolas avançaram: o menor avanço foi de 3% e o maior avanço de 40%. O IDEB mais alto da Rede - 7,6 - é compartilhado por duas Unidades Escolares: EM Profª Emilie Nehme Affonso e EM Cel. Almeida.

Escolas de Tempo Integral – ETI

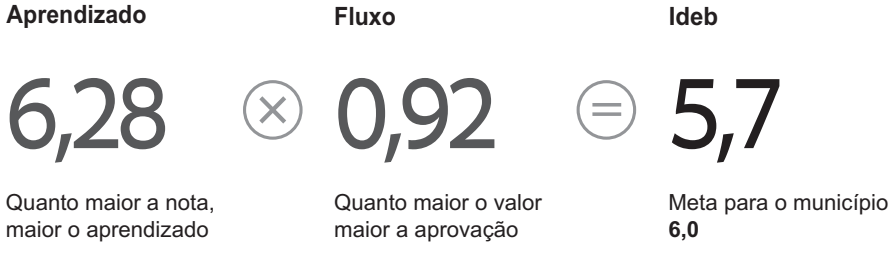
Das 40 Escolas avaliadas, 20 delas atuam em jornada ampliada ou em tempo integral, ou seja, 50% integram o Programa Municipal de Escolas de Tempo Integral que oferece atividades em turno regular - currículo básico - e em contraturno - currículo diversificado.

Os dois maiores avanços são Escolas de Tempo Integral, a saber:

Escola	IDEB Observado						Evolução	
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	Pontos	%
EM PROF. MARIO PORTES		5,4	5,8	5,0	4,5	6,3	1,8	40%
EM PROFª FLORISA FAUSTINO PINTO		4,4	4,4	5,1	4,5	5,9	1,4	31%

Ciclo II

Na Rede Municipal há apenas 1 escola com anos finais (Ciclo II), o CEMPRE Benedito Ferreira Lopes, localizada no distrito de Brás Cubas. Em 2015, 142 alunos foram avaliados. A Unidade atingiu o seguinte IDEB:



No ano de 2014, a Instituição foi desmembrada e mudou suas características de atendimento: passou a atender exclusivamente os alunos regularmente matriculados no Ciclo II, em tempo integral. Por isso seus índices foram redimensionados e, para 2015, não obteve meta para alcançar.

Nos anos finais não atingimos a meta, mas crescemos. Nesse avanço está refletida a mudança no perfil da escola, desde a última edição do IDEB houve um aumento de 0,7 pontos, equivalente a 12,28%.

Segundo a Escala SAEB, o aprendizado observado por meio do índice caracteriza a Unidade com proficiente em Língua Portuguesa (Leitura) e básica em Matemática (Resolução de Problemas).

Em relação ao fluxo escolar, de 2013 para 2015, a escola reduziu em 9,3% a retenção, de 17,70% para 8,40%.

Mitch Almeida é assessor técnico-pedagógico na área de Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental e formador de professores em Alfabetização.

Nayara Xavier é assessora técnica-pedagógica na área de Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, professora de Ensino Fundamental e formadora de professores em Alfabetização e Matemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, R. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) / Reinaldo Fernandes. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. - (Série Documental. Textos para discussão n. 26). Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/503. Acesso em 15 de set. de 2016.

_____. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): Metas Intermediárias para a sua Trajetória no Brasil, Estados, Municípios e Escolas. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projecoes.pdf. Acesso em 15 de set. de 2016.

INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB/2015. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=2410997. Acesso em 6 de set. de 2016.

QEdu. Mogi das Cruzes: Ideb 2015. Disponível em: http://www.qedu.org.br/cidade/1647-mogi-das-cruzes/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2015. Acesso em: Acesso em 15 de set. de 2016.

Equipe Astréa

Avaliando para aprimorar o trabalho pedagógico

Maria Cristina Perpétuo dos Santos Soares
Camila Nogueira Castrezana
Vera Lucia Maradei de Almeida e Souza

Muito provavelmente você já tenha lido diversos livros e artigos acerca desse assunto: Avaliação. Arriscamos afirmar, também, que esse tema foi alvo da formação inicial no curso de Pedagogia ou em outro curso de licenciatura, nas formações propostas pela Secretaria Municipal de Educação e até mesmo em debates acalorados entre colegas de profissão na Unidade Escolar. Sendo assim, não temos como objetivo teorizar a Avaliação com questões de natureza conceitual como "o que é", "como fazer", "qual sua utilidade" ou "quando aplicar"; o que pretendemos aqui é compartilhar experiências e impressões da Escola Municipal Vereadora Astréa Barral Nébias sobre esse mesmo tema. A título de contextualização, nossa escola está localizada no bairro Nova Jundiapeba e atendia - em 2015 - 658 alunos, divididos em 24 classes.

Para nossa Unidade Escolar, a Avaliação tem sido alvo de especial cuidado desde 2012. Naquele período, nós da equipe gestora (diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica), observamos a necessidade de reestruturação da Gestão Pedagógica e como primeira medida organizamos uma avaliação unificada para aqueles alunos que não realizariam avaliações externas como de costume: Provinha Brasil - 2º ano e Prova Brasil - 5º ano. A partir dos resultados, que foram tabulados e organizados em gráficos, fizemos, juntamente com a equipe docente, uma análise criteriosa dos aspectos frágeis e traçamos diversas ações para o período letivo seguinte como a elaboração de um plano anual de conteúdos organizado bimestralmente para cada ano, pautas de acompanhamento desses mesmos conteúdos para as Reuniões do Conselho de Classe e atendimentos individualizados aos professores organizados pela Coordenação Pedagógica.

Essa ação avaliativa e seus desdobramentos envolveram toda a comunidade escolar em um movimento de transformações e melhorias que se estende até os dias de hoje. O ano de 2013 foi marcado pela utilização dos instrumentos citados anteriormente, assim como pela aplicação das avalições externas encaminhadas pelo Ministério da Educação.

Em 2014, com os dados levantados por meio das avaliações internas e externas já ocorridas, continuamos as adequações da Gestão Pedagógica, pois juntas concluímos que uma única profissional para acompanhar o desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico de 24 classes e oferecer todo o suporte necessário aos professores era insuficiente. A partir de então, compartilhamos as tarefas da seguinte forma: a vice-diretora ficou responsável pelo acompanhamento do trabalho pedagógico dos professores das turmas de 1º ano; a diretora, das turmas do 2º ano e a coordenadora, das turmas do 4º e 5º ano. Nesse período não contávamos com classes de 3º ano.

Por meio de estudos e análises nas Reuniões de Trabalho Pedagógico resgatamos com o grupo de professores o conceito de avaliação contido nas Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação na Infância como "processo contínuo do acompanhamento do desenvolvimento individual da aprendizagem dos alunos" (2007, p.42).

Compreendemos que o ato de avaliar é uma das etapas da aprendizagem que possibilita aos professores conhecerem as necessidades dos alunos para reorientar o trabalho, criando melhores condições de aprendizagem. Essa mudança de paradigma em relação à avaliação culminou no aprimoramento da prática pedagógica, pois permitiu ao professor ampliar o "olhar" sobre as dificuldades dos alunos e do próprio trabalho.

A fim de fomentar as questões didáticas, instrumentalizar o docente com dados cada vez mais precisos acerca das avaliações internas e/ou externas, todos os dados são coletados e tabulados, por meio de gráficos, questão a questão. De posse dos resultados, nós da equipe gestora, nos reunimos para análise e reflexão. Todas as questões com acertos inferiores a 70% são sinalizadas e consideradas como um alerta, portanto as habilidades e competências relacionadas a elas devem ser retomadas pelos titulares de classe, utilizando diferentes estratégias para garantir que os alunos possam desenvolvê-las.

Posteriormente, nos reunimos com a equipe docente para apresentar os resultados, fazer os apontamentos necessários e juntos estabelecermos um plano de intervenção. A percepção dos professores acerca das medidas adotadas está presente no relato das professoras Ana Lucia e Claudia:

> *O trabalho de análise dos resultados das avaliações tem sido de grande importância para nossa prática pedagógica. Fornece-nos informações precisas sobre o desempenho dos alunos perante os desafios propostos, e, simultaneamente do nosso trabalho, permitindo um redirecionamento de acordo com as reais necessidades do grupo de alunos. Resumindo: análise - reflexão - ação.*

Destacamos que esses momentos favorecem a troca de experiência não só com a equipe gestora, mas também entre os pares, fortalecendo os vínculos e contribuindo para a construção de uma equipe corresponsável pelo ensino e pela aprendizagem dos alunos. Salientamos, ainda, que apesar de focalizarmos a análise das questões com menos de 70% de acertos, cada professor recebe um relatório da situação de sua classe. Nele é possível visualizar o rendimento de cada aluno e observar com clareza as necessidades individuais; a ideia é que ninguém fique para trás. Nosso objetivo é erradicar a defasagem da aprendizagem para que todos os alunos concluam o ano letivo alcançando as expectativas de aprendizagem estabelecidas pelas Matrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica de Mogi das Cruzes.

No ano de 2015, a Secretaria de Educação, por meio do Departamento Pedagógico, com o objetivo de delinear um diagnóstico da Rede Municipal de Ensino e compreender como ela está se desenvolvendo, organizou a Avaliação Municipal das Aprendizagens - APRENDI, dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, para os alunos regularmente matriculados nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Assim como outras avaliações externas já existentes, essa se tornou mais um instrumento a favor da aprendizagem de nossos alunos. Observamos por meio da leitura do Caderno de Orientações da APRENDI que seus objetivos estavam alinhados ao trabalho que estamos construindo ao longo desses anos, no que tange à análise dos resultados e na identificação das potencialidades e das fragilidades no processo ensino-aprendizagem.

Aplicamos a APRENDI conforme as orientações enviadas pela Secretaria Municipal de Educação e procedemos com a organização, análise dos resultados e verificação das habilidades e

competências com baixa proficiência. Além deste procedimento já adotado pela nossa equipe, tivemos a oportunidade de fazer um comparativo com as demais escolas da Rede, nos oferecendo assim, uma nova perspectiva de análise.

Importante ressaltar que em meio a esse processo, os professores estão desenvolvendo maior nível de criticidade no que diz respeito a revisão das ações e estratégias em seu plano de ação. Isso fortalece nossa crença no pressuposto de Vasconcellos:

> *A avaliação (...) deve ter sentido emancipatório: frente à realidade, tomar consciência dos avanços para fortalecer a caminhada e tomar decisão para suprir as necessidades identificadas. (2011, p.154).*

Ao longo desses anos em que realizamos as mudanças relatadas no presente artigo, observamos um progresso significativo dos alunos e a redução da defasagem na aprendizagem. Há um longo caminho para percorrer, mas acreditamos estar no caminho certo.

Compreendemos a educação como um processo complexo, que exige de toda equipe escolar comprometimento, trabalho árduo e tempo, pois os resultados em Educação podem ser percebidos a médio e longo prazo. Além disso, é preciso maturidade para avaliar não só os alunos, mas também a própria prática e coragem para mudar aquilo que é necessário; quem escolhe trabalhar com educação assume o desafio de transformar vidas que muitas vezes encontram oportunidades apenas no seio da escola.

Não concebemos a Educação como meio de redenção, temos consciência das diversas dificuldades que enfrentamos no dia a dia com a falta de apoio familiar, com as condições socioeconômicas e outros tantos desafios, mas também não nos eximimos da responsabilidade assumida com a sociedade quando escolhemos EDUCAR.

Maria Cristina Perpétuo dos Santos Soares é pedagoga, licenciada em Matemática, especialista em Modelagem em Matemática, Direito Educacional e Educação Infantil.

Camila Nogueira Castrezana é pedagoga e especialista em Gestão Educacional.

Vera Lucia Maradei de Almeida e Souza é pedagoga e especialista em Gestão Escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOGI DAS CRUZES. Secretaria de Educação. Diretrizes curriculares municipais para a educação na infância. São Paulo: SME, 2007.

VASCONCELLOS, C. S. Currículo: A Atividade Humana como Princípio Educativo. 3ª ed. São Paulo: Libertad, 2011.

A Educação Infantil e o tema da avaliação

A avaliação vem se constituindo uma questão essencial para a Educação Infantil no fundamental esforço em prol da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos às crianças e a suas famílias. Sua presença, todavia, não se faz sem que uma série de reflexões se faça necessária.

Zilma de Moraes Ramos de Oliveira

As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI apontam para dois âmbitos que compõem a avaliação na educação infantil: a instituição e seu trabalho pedagógico planejado e desenvolvido, assim como a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. No primeiro é ressaltada a necessidade de criarmos uma cultura de reflexão sobre o trabalho pedagógico, assim como de procedimentos para aprimorá-lo, enquanto, no segundo, defende-se um acompanhamento atento acerca dos conhecimentos e aprendizados das crianças.

É fundamental que não se perca de vista esses dois focos, pois só na interação dos mesmos poderemos efetivamente construir processos avaliativos contextualizados e que efetivamente apoiem o aprimoramento do trabalho na unidade de educação infantil. Com isso fica evidenciada uma concepção de avaliação como um processo a serviço da criança e do projeto pedagógico da unidade de educação infantil.

Assim, na educação infantil, a avaliação, embora constitua elemento fundamental do processo educativo, não se relaciona a índices de aprovação ou reprovação. Ela deve possibilitar que as próprias crianças e suas famílias acompanhem suas conquistas, dificuldades e possibilidades ao longo de seu processo de desenvolvimento e construção do conhecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, ao definir a educação infantil como parte da Educação Básica, colocou a avaliação como elemento constitutivo do processo pedagógico nesta etapa. O artigo 31 indica que a avaliação deve ser realizada através do acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança ao longo do processo educativo, de modo a oferecer subsídios para rever o trabalho realizado nas unidades educacionais, contudo, sem ter a finalidade de promoção para níveis ou etapas subsequentes no sistema de ensino. Com isso a função da avaliação é a de estar atento ao modo próprio de aprender e de se desenvolver de cada criança.

Essa compreensão é coerente com o que dispõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI - Resolução CNE/CEB nº 05/2009), que, por considerar a intencionalidade do processo pedagógico, destaca a necessidade de acompanhamento, registro e documentação do trabalho realizado, assegurando continuidade nos processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças na transição para o Ensino Fundamental. De acordo com o inciso I do artigo 10 da resolução:

> *"[...] a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano é fundamental nesse processo, com a [...] utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.)". (Art. 10, inciso I, das DCNEI).*

A LDB posteriormente teve alguns de seus artigos revistos pela Lei nº 12.796/13. Nela o artigo 31 se refere à "expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança", exigência legal que precisa ser interpretada com cuidado. Ou seja, temos que cuidar para que a avaliação das crianças na educação infantil não venha a ser atrelada exclusivamente ao controle burocrático dos sistemas de ensino, priorizando preenchimento de fichas e realização de pareceres ou relatórios que se baseiam em um padrão abstrato de infância, mas pesquisar as muitas possibilidades de desenvolvimento e aprendizado para as crianças reais vivendo em ambientes culturais concretos. O importante é considerar a diversidade das crianças no processo avaliativo, distanciando esse processo de toda e qualquer forma de padronização de expectativas, seja da aprendizagem, do desenvolvimento ou do comportamento das crianças.

Antes desta lei, as DCNEI apontavam que o processo avaliativo deve assegurar "[...] documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil". É reconhecido o direito dos pais de acompanhar o que está acontecendo com seus filhos, de compreender as práticas desenvolvidas na instituição, de trocar olhares sobre o vivido com os educadores e participar da gestão da unidade. Com isso busca-se abranger todos os olhares presentes no espaço educacional e gerar uma atitude cooperativa entre os responsáveis pela ação educativa de modo a apontar caminhos para novas ações.

Avaliar deve ser assim entendida como um conjunto de atitudes voltadas a conhecer melhor cada criança, a realçar sua identidade e a identidade do professor que trabalha com ela. Nessa perspectiva, a avaliação implica em ética, zelo, respeito e atenção especial para com as crianças e seu bem-estar. Nesse processo, observar e refletir são condições importantes, não se admitindo a utilização de instrumentos de avaliação que submetam as crianças à ansiedade, pressão ou frustração, assim como a processos classificatórios ou excludentes que daí advenham.

A efetivação das práticas avaliativas envolve procedimentos e instrumentos. Entre os procedimentos podemos lembrar ações de coleta de informações para compor o material da avaliação, tais como: a observação, o registro, a documentação, a comunicação, os modos de tomada de decisões. Entre os instrumentos, podemos relacionar: pautas de observação, questões norteadoras relativas à observação ou à elaboração de relatórios de cada criança, do grupo, ou de um determinado projeto de trabalho realizado com a turma e ainda, indicações para compor portfólios de avaliação.

Cada professor pode criar seus próprios instrumentos de coleta e registro de informações de modo a adequá-los ao seu contexto de trabalho, às expectativas de aprendizagem levantadas por ocasião do planejamento das atividades cotidianas. Cabe a ele, no diálogo com os outros professores e a coordenação da unidade, decidir se e como vai utilizar uma ou outra pauta de observação, se vai realizar descrições diárias na forma de registro contínuo ou de ocorrências significativas.

A observação das crianças precisa ser atenta, curiosa e investigativa, evidenciando os modos concretos e singulares delas aprenderem, agirem, brincarem e se expressarem. Para tanto é necessário registrar as leituras daquela realidade, devendo o professor escrever sobre os saberes e conquistas de cada criança no contexto da educação infantil e apontar mudanças necessárias ou a manutenção das práticas educativas realizadas.

O fundamental é que as formas de registro escolhidas permitam captar a singularidade de cada criança em sua relação com os professores, os coleguinhas e as atividades, as peculiaridades vividas e seus aspectos inusitados. O relatório das formas de um grupo de crianças interagir e suas aprendizagens, deve trazer uma descrição criteriosa, clara e cuidadosa do vivido, do caminho percorrido em relação às práticas educativas efetivadas, enquanto que o relatório individual deve revelar o mesmo em relação ao que está acontecendo com cada criança em seu processo de aprendizagem, ajudando o professor a levantar questões relevantes sobre o mesmo.

O texto deve descrever e analisar o trabalho realizado: o que foi feito, o que se observou, quais resultados foram observados e o que se pretende fazer tanto em relação ao grupo, como em relação a cada criança. Outras formas de registro podem ser bastante enriquecedoras, como, por exemplo: as coletâneas de produções e de outras realizações das crianças (por meio de fotos, recortes de jornais), que apresentam a trajetória de cada uma durante um determinado período.

É necessário que os relatórios sejam claros em relação a quem eles pretendem "informar": aos pais, à instituição, à comunidade e/ou à própria criança. Pode ser solicitada a contribuição dos pais em relação ao relatório pedagógico da filha ou do filho, por intermédio de uma ou mais perguntas registradas ao final do documento, tais como: Que avanços e dificuldades seu filho/sua filha relatou em relação as suas aprendizagens e desenvolvimento? Que avanços e dificuldades vocês perceberam em relação às aprendizagens e desenvolvimento seu filho/sua filha? Os pais podem respondê-las por escrito, ao final do próprio relatório que lhes foi entregue, ou responder oralmente no momento da devolutiva acerca da avaliação feita pelo professor.

O importante é reconhecer que várias formas de documentar as ações e interações das crianças devem ser utilizadas com a periodicidade que for mais conveniente à concepção de avaliação, como ação integrada ao processo pedagógico visando às aprendizagens infantis e como meio de viabilizar para às famílias o conhecimento sobre os avanços das crianças e o ritmo de desenvolvimento de cada uma delas.

O essencial em qualquer forma de registro que o professor venha a escolher é que a avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento da criança amplie sua compreensão sobre a criança e sobre as oportunidades de conhecimento e desenvolvimento no contexto da instituição de educação infantil. Portanto, a avaliação acompanha o processo educativo, pode ocorrer a todo momento e, em todas as situações; tem um caráter processual, não classificatório, e não contaminado por pré-julgamentos. Para tanto o professor deve estar atento às suas concepções e expectativas sobre o que seria o desenvolvimento infantil para que estas não "contaminem" sua observação se tiver em mente uma "criança modelo".

Cumpre assegurar que a avaliação não centre seu olhar sobre o domínio pelas crianças de determinando conteúdos, como a linguagem escrita e a matemática, nem mascare formas de seleção das crianças. Assim os processos avaliativos na educação infantil podem assumir uma multiplicidade de formas, que possibilitem descrever para a equipe da instituição e também para a comunidade escolar (com especial destaque para as famílias e para os professores que receberão as crianças no ensino fundamental) o currículo planejado e o realizado. Tem-se elementos tanto para a elaboração de relatórios individuais ou pareceres descritivos (sobre as crianças e sobre a trajetória de trabalho do grupo), como para se repensar o fazer educativo, mudar as estratégias ou os conteúdos das atividades, caso o professor entenda isto como apropriado.

A AVALIAÇÃO DOS AMBIENTES DE VIVÊNCIA, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como ao observar a criança, se observa também o contexto criado, ao avaliá-la o professor também avalia o processo e o contexto educativos, oportunidade para as instituições de educação infantil reverem seus valores e construírem bases para a melhoria constante dos trabalhos ali desenvolvidos.

Nos últimos 20 anos, produziu-se no Brasil, em âmbito federal, um volume significativo de documentos orientadores e de estudos acerca da relação qualidade - projeto pedagógico - direito das crianças pequenas à educação – e avaliação, de modo a subsidiar o trabalho realizado pelos sistemas de ensino (sejam municipais, estaduais ou federais) e também pelas instituições, servindo como base para acompanhamento, controle, supervisão dos serviços de educação infantil ofertados e para efetivação de práticas pedagógicas que respeitem necessidades, direitos e interesses das crianças.

Já em 1995, foi publicado pelo Ministério da Educação o importante documento "Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças", com uma ampla lista de itens indicativos de uma boa educação infantil, embasada no respeito aos direitos da criança. Apesar desse documento não se constituir como um instrumento de avaliação da educação infantil, ele serve como uma orientação do que se deveria considerar como sendo um serviço de creche e pré-escola que garanta os direitos da criança pequena.

Em 2009, o MEC publicou e distribuiu às instituições de educação infantil e secretarias municipais de educação o documento "Indicadores da Qualidade na Educação Infantil" (BRASIL, 2009a) que propõe orientações para a auto avaliação da qualidade das instituições por meio de um processo participativo e aberto a toda a comunidade, de forma a contribuir para que cada instituição encontre o próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças.

A avaliação deve ser uma prática cotidiana de todos os profissionais da instituição, que precisam conhecer profundamente essa realidade a fim de estabelecer diretrizes para a efetivação de uma proposta ou projeto pedagógico. Embora a avaliação, na perspectiva aqui proposta, seja uma ação contínua, devem ser previstos tempos específicos para que ela ocorra, com a participação de todos os envolvidos na instituição de educação infantil.

No âmbito de uma unidade educativa, a avaliação institucional é bastante complexa, pois deve levar em conta aspectos organizacionais, materiais e envolver todas as pessoas que participam daquele contexto (professores, pais, pessoal de apoio, coordenador pedagógico, diretor) em uma dinâmica de corresponsabilidade para repensar o que foi proposto e o que está sendo feito de modo a buscar mudanças e conquistar formas mais adequadas de realização do trabalho. Portanto, a avaliação envolve um percurso formador, articulando as demandas específicas da instituição, as condições de trabalho dos profissionais e as concepções que norteiam suas práticas. Esse espaço de discussão e corresponsabilidade torna o trabalho mais produtivo uma vez que os envolvidos se sentem contemplados e compromissados, e com isso suas ações se tornam mais efetivas. É do embate entre pontos de vista, ideias e interesses que a instituição educativa pode construir bases mais consistentes para uma gestão democrática.

Todos os aspectos que contextualizam os serviços de educação infantil são passíveis de ser avaliados: a rotina diária da instituição, a composição dos grupos de crianças, a participação

dos envolvidos e os mecanismos previstos para tal, a organização do tempo, a adequação, organização e utilização do espaço, as interações dos professores com as crianças e seus familiares, as práticas próprias às situações de ingresso de novas crianças, os materiais lúdicos e pedagógicos, as práticas e normas de segurança, as condições e normas de higiene e saúde, a proposta ou projeto pedagógico da instituição, o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da equipe de trabalho da instituição e as relações internas e externas. Também podem constituir objeto desta dimensão avaliativa as situações macrossociais que ultrapassam o contexto da própria instituição e se reportam a políticas e programas públicos ou ações de uma rede de instituições, seja ela pública ou particular, mas que acabam por interferir no trabalho da instituição de educação infantil.

Na escolha de critérios ou indicadores aos quais se irá responder, é imprescindível resgatar a ideia de educação infantil que os profissionais compartilham e pretendem concretizar na prática cotidiana. Essa ideia deve estar explicitada na proposta ou projeto pedagógico de cada instituição, que deve trazer os elementos necessários para articular os critérios à realidade em questão. Da mesma forma, os instrumentos a serem utilizados para essa avaliação precisam estar de acordo com as possibilidades de implementação de cada instituição. Isto significa que não existe um instrumento – questionário, escala, ficha de avaliação ou outro – aplicável a toda e qualquer situação, assim como não pode haver rigidez sobre como o processo deva ser encaminhado ou sobre quem serão os interlocutores a serem ouvidos: podem ser os funcionários, os familiares e as crianças, em um mesmo processo, ou cada segmento destes em um momento diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Implementar procedimentos de avaliação em educação infantil, seja de contexto, seja das crianças, em sintonia com o disposto na LDB e nas atuais DCNEI, revela o quanto estamos sensíveis, preocupados e somos responsáveis para com esse momento formativo das crianças e para com seus direitos e, ainda, o quanto nos responsabilizamos e valorizamos os professores e equipes de coordenação das unidades educacionais envolvidos no cuidado e educação das crianças.

Nessa trajetória é de extrema importância que as instituições educativas das duas etapas da Educação Básica – Infantil e Fundamental – criem canais, estratégias e modos de se comunicar com o intuito de compartilhar informações sobre cada criança e sobre os grupos de crianças, sobre os caminhos que percorreram na educação infantil, as conquistas que fizeram e os desafios que surgiram decorrentes de suas experiências nessa primeira etapa formativa.

Zilma de Moraes Ramos de Oliveira é professora associada (aposentada) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso Nacional. Brasília, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 05/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília, 2009a.

POR UMA TRANSFORMAÇÃO QUALITATIVA

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES